

TORRE DE
MONCORVO
assembleia municipal

ATA N.º 13

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE FEVEREIRO DE 2020

APROVADA POR MAIORIA

NA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 29/06/2020.

hi Pedro
G

M.
Pedro



-----Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas 09h30, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Torre de Moncorvo convocada com a seguinte ordem de trabalhos: -----

- 1 - Período de Antes da Ordem do Dia:** -----
 - 1.1 Apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 13 de Dezembro de 2019;-----
 - 1.2 Informação de Correspondência;-----
 - 1.3 Assuntos de interesse relevante para o Município;-----
- 2 – Período da Ordem do Dia:** -----
 - **Ponto 1** - Apreciação da Atividade Municipal e Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara (alínea c) do n.º2 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013);-----
 - **Ponto 2** – Proposta de designação de júri para o procedimento concursal de Dirigente Intermédio de 2.º Grau; -----
 - **Ponto 3** – Designação de auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Torre de Moncorvo; -----
 - **Ponto 4** – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana; -----
 - **Ponto 5** – Interesse Municipal de um Projeto de Turismo; -----
 - **Ponto 6** – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Torre de Moncorvo – Apreciação do Relatório de Atividades do ano de 2019; -----
 - **Ponto 7** – Código de Conduta;-----
 - **Ponto 8** – Proposta de criação da Taxa Turística no Município de Torre de Moncorvo e Municípios Integrantes da Comunidade Intermunicipal do Douro e Alto Douro Vinhateiro;
 - **Ponto 9** – Assembleia Municipal de Mogadouro – Moção sobre as “Barragens do Douro Internacional, que futuro para as Comunidades Locais e o que estas irão Ganhar?” .-----
- 3 – Período de Intervenção do Público.** -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais:-----

-----**Da Coligação Eleitoral PPD-PSD/CDS-PP:**-----

-----Luís Miranda Rei;-----

-----Pedro Miguel Pinto Carrasqueira;-----

-----Lucinda João Afonso Carpinteiro;-----

-----Afonso de Freitas de Calheiros e Menezes;-----

-----Luís João Fernandes Dias;-----

-----Maria Aldina Esteves Catarino Carvalho;-----

-----Luís dos Santos Delgado Esteves (*Em substituição do deputado João Augusto Leal Leonardo*);--

-----Manuel José Dinis;-----

-----Ana Luísa Leonardo Gil (*Em substituição da deputada Maria Cecília Pinto*);-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----Pedro Manuel Ferreira Pereira - Freguesia de Cabeça Boa;-----

-----Francisco António Roque Braz – Freguesia de Carviçais -----

-----Mário Diogo Pinheiro Miranda - Freguesia de Horta da Vilariça;-----

-----António Manuel Martins – Freguesia de Lousa;-----

-----José Carlos de Sá Meneses - Freguesia de Torre de Moncorvo;-----

-----Adriano Luís Mendes Martins – União de Freguesias de Felgueiras Maçores;-----

-----Luísa Pinto Ferreira – Freguesia de Castedo;-----

-----José Manuel Moreiras – União de Freguesias de Adeganha Cardanha;-----

-----Vitor Manuel Amaro Vieira - União de Freguesias de Felgar Souto da Velha;-----

-----Válter José Cordeiro Andrade - Freguesia de Açoreira.-----

-----**Do Partido Socialista (PS):**-----

----- António Eduardo Carvalho;-----

-----João Miguel Pinto Pavão;-----

-----José Manuel Rodrigues Aires;-----

-----Fausto Edmundo Tiago;-----

-----António Júlio Andrade;-----

-----**Presidentes de Junta de Freguesias:**-----

-----António Júlio Sá Andrade – Freguesia de Larinho;-----

-----Luiz Marcelino Lopes – Freguesia de Mós;-----

-----Maria Amélia Madaleno Cabeleira – União de Freguesias de Urros Peredo dos Castelhanos;-----

Verificou-se a presença de vinte e sete membros que compõem esta Assembleia Municipal.----

Handwritten notes: "Pedro" and a signature.



Constituíram a Mesa: -----

Luís Miranda Rei – Presidente de Mesa;-----

Pedro Miguel Pinto Carrasqueira – 1.º Secretário; -----

Lucinda João Afonso Carpinteiro– 2.ª Secretária.-----

-----Faltas: Faltou à reunião a deputada:-----

- Maria de Lurdes B. Moutinho Nunes dos Reis - que não justificou a falta. -----

-----A CÂMARA MUNICIPAL esteve representada pelo senhor Presidente da Câmara, Nuno Jorge Rodrigues Gonçalves, o senhor Vice-Presidente, Victor Manuel Silva Moreira e a Sr.ª Vereadora Maria da Piedade Meneses.-----

-----A Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apoiada pela Licenciada Lúcia Alexandra Barbeiro Pissarro.-----

-----**Tendo-se procedido à gravação digital da sessão, nesta ata apenas se faz referência às intervenções ocorridas.**-----

-----**O Presidente de Mesa:** São nove e meia. Iríamos, então, dar início à Assembleia Ordinária de 28 de fevereiro de 2020. -----

Em primeiro lugar, proceder à chamada. -----

Neste momento, temos quórum – estão a faltar seis membros. Dos vinte e oito, temos vinte e dois membros presentes. Têm a meia hora prevista no Regimento para estarem presentes. -----

----- **1- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

PONTO 1.1 — APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 13 DE DEZEMBRO DE 2019. -----

----- Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Dizer-vos – e peço desculpa por isso, a culpa foi minha, efetivamente – que na última Assembleia, quando foi por altura da leitura da minuta da ata, criou-se um burburinho, não por causa da ata propriamente dita, mas por causa dos bombons de natal.

Pedra

PONTO 1.2 — INFORMAÇÃO DE CORRESPONDÊNCIA.

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----Resumo da correspondência recebida, registada sob os números 167/2019 a 32/2020 inclusive. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Como habitualmente, a correspondência está disponível para consulta, podem consultar – aliás, ela é enviada periodicamente para todos os membros também. Não vamos fazer uma análise exaustiva. -----

Dizer-vos só duas coisas: eu recebi alguma informação – não sei se também receberam – relativamente às obras da Aldeia de Urros, que penso que também são do conhecimento de todos, de uma cidadã, Fátima Teixeira, que tem enviado várias documentação e pedidos de esclarecimento. -----

Há também outra informação, do Sr. Deputado António Júlio Andrade, que pediu uma lista de trabalhadores integrados no quadro, ao abrigo da chamada Lei dos Precários, que lhe será entregue essa lista brevemente. -----

PONTO 1.3 — ASSUNTOS DE INTERESSE RELEVANTE PARA O MUNICÍPIO.

----- Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão** (PS), **José Aires** (PS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS) e **Manuel Dinis** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Vou dar a palavra aos Srs. Deputados para intervenção, têm cinco minutos para se pronunciarem. Em primeiro lugar, ao Sr. Deputado João Pavão. Faça favor. ----

-----**O Deputado João Pavão:** Bom dia, Sr. Presidente, membros da Mesa, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, estimados deputados, estimados Presidentes de Junta, estimados colaboradores e estimado público aqui presente. -----

Tivemos esta semana a visita do Governo em peso aqui ao Distrito de Bragança, o Conselho de Ministros. Soubemos também que nenhum membro do Governo, infelizmente, veio a Torre de Moncorvo, quando vamos ter o arranque de um grande investimento, que a longo prazo será quase de seiscentos milhões de euros (600.000.000€). Mas, sabemos que houve reuniões entre os Presidentes de Câmara e o Primeiro Ministro, António Costa. E perguntar ao Sr. Presidente o que é que foi reivindicado, e o que é que também foi dito pelo Governo nessa reunião. -----

14.
Pedro
Cy

Depois, enfim, foi feita um pouco a correr a leitura e a aprovação. Efetivamente, isso não voltará a acontecer, enquanto eu for o Presidente, nem que tenhamos que ficar o tempo que for necessário. -----

De qualquer forma, não se justificará estar a votar a minuta da ata quando vamos votar a própria ata. Houve aqui uma falha, fruto da distribuição dos bombons de natal, que, infelizmente, não pode acontecer. -----

Então, eu abria a discussão no período de antes da ordem do dia, para a apreciação e votação da ata da sessão ordinária de 13 de dezembro. -----

Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimentar os presentes, os Srs. Deputados, os Srs. Presidentes de Junta, os restantes membros, aqui na pessoa também do Sr. Presidente da Assembleia, os funcionários e o público presente. -----

Relativamente a esta questão, o Sr. Presidente já indicou, efetivamente faltou essa parte, daí a minha abstenção, porque não foi lida a minuta, foi apenas votada. -----

Agora, relativamente à ata, deixar apenas aqui um acrescento, que estive a ler a ata e existiram duas situações, duas intervenções do Sr. Presidente da Câmara que ele indicou para não serem gravadas, e elas, realmente, não vêm refletidas na ata. Sendo que é uma sessão pública, em termos legais todas as intervenções devem ser gravadas, e é uma situação que eu queria deixar aqui à atenção do Sr. Presidente da Mesa. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Irei ver com os serviços de apoio o que é que se passa com essas situações. -----

Então, passaríamos à votação da ata. Já sabem, votarão os membros que estiveram presentes na sessão do dia 13 de dezembro de 2019. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal deliberou **por maioria**, de votos dos membros presentes na reunião anterior, **com 19 votos a favor e 1 voto contra** (do deputado José Aires), **aprovar a “Ata da sessão ordinária de 13 de Dezembro de 2019”**.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** *(Chegou o Sr. Deputado Vítor Vieira).* -----

Tem a palavra o Sr. Deputado José Aires, para se pronunciar sobre assuntos relevantes para o Município. Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui, pronunciar-me também, no seguimento da intervenção do deputado João Pavão, relativamente a essa notícia que veio a público, relativamente ao investimento nas minas de ferro da Serra do Reboredo. Sabemos que houve uma alteração da empresa que, neste caso, tem a exploração. Tinha lido numa notícia, há uns tempos, que também estaria prevista, agora para fevereiro, uma sessão de esclarecimento dessa empresa aqui no concelho; ela ainda não se realizou. Perceber aqui se, efetivamente, vai existir, para tentarmos perceber qual é o novo projeto do novo investidor, em termos de prazos, de postos de trabalho, se os estudos que foram efetuados anteriormente, ao nível do impacto ambiental, se mantêm, se existiram alterações no projeto, essas informações. Sendo o Município também uma das partes interessadas, se já contactou com a empresa, e que esclarecimentos e informações nos podem prestar nesse sentido, para nós e para as pessoas no geral, os habitantes do concelho, poderem ficar também mais esclarecidos, até porque essa notícia refere claramente, Sr. Presidente, o valor do investimento. Certamente já terá mais dados do que aqueles que nós temos, e que são públicos, e o que é que poderá acrescentar nesse sentido. -----

E para já, era só, Sr. Presidente. Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Bom dia a todos. -----

O assunto que eu trago hoje aqui é sobre a monda química nos espaços públicos. Este ano, por todo o lado, o Município está a usar a monda química como método de erradicar os infestantes. Ali no cruzamento da ecopista com a estrada que vai para a Açoreira, poderemos ver até um talude com monda química. Eu gostava de saber se o Executivo vê, no futuro, a não utilização da monda química como método de erradicação dos infestantes, ou vai continuar a usar a monda química como método para a erradicação dos mesmos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente da Câmara Municipal, faça favor, para responder às questões levantadas. -----

Edo M.
M



-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito bom dia, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Deputados, Presidentes de Junta de Freguesia, público, demais colaboradores aqui presentes. -----

Aproveito para vos apresentar o Dr. Eduardo Rodrigues, que está a exercer as funções de Chefe de Divisão, na vacatura do lugar que era preenchido pelo Sr. Manuel Camisa. -----

E passando diretamente às perguntas que me foram colocadas, ou que foram colocadas ao Executivo, dizer-vos previamente que eu terei que sair por volta das dez horas, uma vez que a Sra. Secretária de Estado da Valorização do Interior vem ao território dos Lagos do Sabor – não integrado na comitiva do Conselho de Ministros, mas vem fazer uma visita aos Lagos do Sabor. E portanto, eu terei que me ausentar, ficando o Sr. Vice-presidente e a Sra. Vereadora aqui a conduzir os trabalhos. -----

Sinteticamente, dizer que o que é colocado é um herbicida biológico. Mas, Sr. Deputado, como sabe, os protocolos são feitos com a Junta de Freguesia. Não é a Câmara que o está a fazer, são as Juntas de Freguesia. Mas, o que é colocado é um herbicida biológico. De qualquer forma, está a ser realizada uma comissão de acompanhamento e uma equipa especializada só para isso, através do gabinete do Sr. Vice-presidente. -----

Quanto aos assuntos que foram colocados ao Sr. Primeiro Ministro, Sr. Deputado João Pavão, eu acho que o desconhecimento do Terreiro do Paço se deve muito àquilo que é falado, e pouco ao que é feito. Dou-lhe este exemplo – e eu tive oportunidade de dizer isto ao Sr. Primeiro Ministro: quando o Sr. Primeiro Ministro diz que é necessário que as empresas venham para o interior, é necessário que se localizem nos territórios de baixa densidade, é necessário criar empregos, e dá como exemplo o grande investimento de três milhões de euros (3.000.000€) que vai ser efetuado neste território, só pode haver um desconhecimento de que, passados três ou quatro dias, se vai anunciar um investimento de quinhentos e cinquenta e dois milhões de euros (552.000.000€), ou então é verdade aquilo que o jornal Público noticiava antes, que dizia que o Governo não vai fazer nada ao interior, vai fazer campanha para as autárquicas. Eu não sei se o Sr. Primeiro Ministro e os Ministros sabem que o Distrito de Bragança tem doze concelhos; eu tive oportunidade de lhe dizer que eram doze concelhos por duas CIM's, e que três eram da CIM Douro, e os restantes da CIM das Terras de Trás-os-Montes. E como lhe disse, é uma discriminação positiva, porque eu acho que o Sr. Primeiro Ministro vai atender ao convite que lhe foi diretamente colocado, para vir no dia 5 aqui, tanto mais quando é expectável que os dois países que mais dinheiro vão investir, que é o Reino Unido e os Estados Unidos da América, se façam representar pelos embaixadores. Eu irei colocar, tal como aos Srs. Deputados, e nomeadamente ao Sr. Deputado José Aires, uma cadeira lá reservada para estarem lá a ouvir as explicações. Se ficarem vazias, é porque as palavras não condizem com os atos, e aí, o ónus

será do Sr. Primeiro Ministro, e daquilo que quer efetivamente fazer para o território. Agora, que eu lhe vou colocar as cadeiras lá, reservadas, vou; eu é que não as posso preencher por eles. - Quanto às questões que lhe foram colocadas pelo Município previamente, tenho-vos a dizer que só uma é que foi respondida. E as questões colocadas foram a Linha do Douro, Plano Estratégico 2030 da CIM Douro (e do Município, obviamente); Inland Waterway 2020, terceira fase; depois, o problema do Plano de Ordenamento do Baixo Sabor – não é admissível cinco anos de atraso da Agência Portuguesa do Ambiente; mais, quando se iniciou a primeira reunião, foi pago o estudo pela EDP. E portanto, estas foram as três questões colocadas. -----

Depois, houve duas questões colocadas, que tiveram a ver com o nosso Município: o fecho do IP2, e com isso, as alíneas, quer o novo tabuleiro da Ponte da Foz do Sabor, e definitivamente decidir as saídas e as entradas do IP2. Não podemos continuar, passados tantos anos, com entradas e saídas provisórias. -----

Depois, houve a questão também das estradas municipais. É necessário que este Governo – este e os que vierem – tenha alguma atenção às estradas municipais, porque o que agora se pode fazer com uns milhões, daqui a quatro ou cinco anos, vão ser necessários muitos e muitos milhões. E não nos podemos esquecer que muitas das estradas municipais foram reestruturadas por fundos europeus, só que depois foram desqualificadas porque as Infraestruturas de Portugal não conseguia fazer o que quer que fosse. E nós temos um exemplo, quem chega ao cruzamento que vira para a Açoreira, Sequeiros, Maçores e Urros, tem um tipo de pavimento, e depois entramos na Nacional, e vemos bem o que trazemos naquela Nacional 325. -----

E portanto, estas foram as questões, grosso modo. O Sr. Primeiro Ministro só me respondeu a uma, que foi a da Linha do Douro, dizendo que, para ele, era Caia, Vigo e a ligação Zamora – Sanábria. Foi esta a resposta. -----

Quando lhe foi questionado o porquê de o Inland – porque foi assumido pela anterior Ministra do Mar, na cidade de Peso da Régua, que se não fosse por fundos europeus, era pelo Orçamento de Estado – não me disse nada. Quando lhe disse que a CP, juntamente com a APDL, estavam a negociar com o novo investidor das minas, e que tinham necessidade para o escoamento, também não me disse nada; só me disse uma coisa que eu já sabia, e que eu próprio lhe disse: para ir até Salamanca é necessário que o Reino de Espanha queira, isto é óbvio. Mas, o que o Sr. Primeiro Ministro não assume é que das trezentas e setenta e seis linhas estudadas pela União Europeia, a do Douro aparece entre as quarenta e oito mais rentáveis, só no transporte de turismo – passageiros, basicamente, não contando com a parte das mercadorias. -----

Quanto ao novo investidor: o novo investidor é a Aethel Mining. A MTI continua na concessão. O que está previsto, os números continuam a ser basicamente idênticos, o que a MTI tinha era até 2020, cento e sessenta milhões de euros (160.000.000€); o que a Aethel Mining tem é a perspetiva de, nos primeiros seis ou sete anos, investir quinhentos e cinquenta e dois milhões

Pedro M.
M



de euros (552.000.000€), sendo certo que há duas componentes: para além da exploração do minério, também há o enriquecimento do que, no fundo, seria o lixo, vamos dizer assim. Esse enriquecimento, o que a empresa prevê é concorrer com a Hematite de Moncorvo ao ordenamento da orla costeira nacional. Esse projeto, como sabem, já está a andar, está em tribunal, sendo certo que grande parte das empresas concorreram com matéria-prima de Torre de Moncorvo, e, portanto, serão fornecedores dessas próprias empresas. -----

E quanto ao resto, dia 5, convido-vos a todos, e gostaria muito que estivessem presentes, para o arranque, junto ao caminho do Cabeço da Mua, e também para a explicação mais aprofundada pelos técnicos da Aethel Mining, que será no Cineteatro, a partir das dez da manhã. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Da próxima vez, agradecia que se inscrevesse. Mas, faça favor. -----

-----**O Deputado Manuel Dinis:** Não sei se posso intervir nesse sentido. Era mais um esclarecimento, para pôr a Assembleia ao corrente – aliás, a Assembleia sabe – da notícia que foi publicada ontem em vários jornais – no Diário Transmontano, no Terra Quente e no Jornal de Notícias: fala-se numa Junta de Freguesia, e eu vou dizer, para que todos fiquem descansados, a Junta de Freguesia em referência sou eu, o ex-Presidente dessa Junta de Freguesia, para que não se ande a especular. Louvo a posição que tomou a D. Luísa, porque alguém falava que era o Castedo, e ela veio no Facebook dizer que não era o Castedo, que era a Junta de Freguesia do Larinho. Muito bem a reação, sim senhor, ela tem que se defender. -----

De sermos acusados de peculato, sim, é natural; desconhecia que até cinco mil euros (5.000€) de faturação, que eu podia fazer – isto é, a minha empresa. Peculato, correto. Desvio de novecentos e dezassete euros (917€) de gasóleo, dá para rir. Todos os Presidentes de Junta sabem que são as Juntas de Freguesia que pagam o gasóleo das máquinas que a Câmara põe ao dispor das Juntas de Freguesia para reparação de caminhos. E desafio qualquer um que tenha provas, ou que possa provar que algum carro meu, ou da família, ou da empresa, abasteceu em qualquer posto de abastecimento, e mandei passar fatura da Junta de Freguesia. Há má fé, sim senhor, má fé da atual Junta de Freguesia, da administração da Junta de Freguesia, do primeiro Presidente e do segundo. -----

Com respeito a desvio de cento e cinquenta e cinco euros (155€) de valor de tinteiros, dá para rir, porque os tinteiros até eram comprados por um técnico de informática que a Junta tinha com avença, e que os colocava na Junta de Freguesia. Não havia só uma impressora; quando nós estávamos na Junta de Freguesia, havia três impressoras. Eles fazem referência a uma impressora que não gasta dos tinteiros que foram adquiridos; as outras estão na Junta de Freguesia, arrumadas, com certeza, a atual Junta não as quiseram mostrar. Porquê? -----

Também de referir que o Ministério Público nos acusa de devolver cento e dez mil euros (110.000€) de obras que foram imputadas à Erdil – e muito bem, pode imputar-nos, nós estamos aqui para esclarecer em tribunal, no lugar próprio, porque as obras foram feitas, estão lá, toda a gente as vê; só não as vê quem acusa. Pelo contrário, até as deixaram deteriorar. Têm um depósito de duzentos mil litros, automatizado, quem metia um euro (1€) recolhia mil litros de água para rega, e até isso foi destruído pela atual Junta de Freguesia (penso eu). A canalização, vi eu e viram muitos, foi destruída com uma máquina, pela Junta de Freguesia. -----
Há mais coisas, podia dizer mais coisas, mas, é claro, isto foi para esclarecer. Foi a ex-Junta, de 2009-2013, do Larinho, que foi acusada pelo Ministério Público, e isto está para se provar em tribunal. Mas, também digo já, esse Presidente de Junta não meteu energia elétrica no prédio e na casa à custa de dinheiros públicos, à custa de dinheiro retirado da Junta. O atual sim! -----
Pronto, é este esclarecimento, e que toda a gente fique a saber que foi o Larinho, que não foi mais nenhuma Junta a ser acusada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----
Eu iria, então, dar a palavra agora ao Sr. Presidente da Câmara, para o Período da ordem do dia. -----

----- 2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

PONTO 1 — APRECIÇÃO DA ATIVIDADE MUNICIPAL E DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS), **José Aires** (PS) e **Fausto Tiago** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Obrigado. -----
Dar-vos só conta de que continuamos com os projetos que foram candidatados, quase em término. -----

Dar-vos a notícia de que o Tribunal de Contas visou a recuperação e o arranjo da Escola Dr. Ramiro Salgado. Foi publicada a adenda do Ministério, que foi assinada em julho de 2019 – se bem se recordam – foi publicada em fevereiro de 2020. E dar-vos conta também disto, porque é importante saberem, porque o Tribunal de Contas, o que nos questionava era sobre o cabimento do Ministério da Educação – não era o da Câmara; era o cabimento do Ministério da Educação,

Pedro
Cy



para enviarmos o cabimento do Ministério da Educação, como se a Câmara é que fosse titular do orçamento do Ministério da Educação. Foi resolvido, temos o visto do Tribunal de Contas, e as obras serão para iniciar em breve, de acordo com uma reunião que, segundo sei, será feita entre o empreiteiro e a escola para melhor organizarem o período letivo, e para ser efetuado. ---

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe só interromper, Sr. Presidente, mas está agendada para dia 4. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma forma de também sabermos, temos aqui o Sr. Diretor, que é cumulativamente Presidente da Assembleia, e portanto, melhor do que ninguém poderá dar essa informação. -----

Dar-vos só conta de que a situação financeira continua a evoluir favoravelmente, e que neste período, de janeiro a fevereiro, onde tivemos um ano difícil em termos do Orçamento de Estado – porque, como sabem, foi negociado para entrar em vigor – foi mais complicado, como é óbvio, em ano de eleições, e por isso se fala que provavelmente as legislativas e, quem sabe, as autárquicas, poderão ser antecipadas nos próximos anos, por forma a que não se esteja à espera da aprovação do Orçamento de Estado. Mas, mesmo assim, com essas dificuldades, tivemos neste período um saldo de dois milhões, setecentos e trinta e cinco mil euros (2.735.000€), o que quer dizer que toda a planificação que foi feita em termos de obras candidatas e dos protocolos com as Juntas de Freguesia, as delegações de competências, estão a ser cumpridos com a nossa calendarização. -----

Como tinha avisado – e eu disse que ia ser complicada a descentralização, e mais uma vez nos deram razão, porque, não sei se viram ontem, no Jornal de Notícias, o título diz: “Câmaras ganham mais um ano para passar a gerir escolas, Centros de Saúde...”, e mais uma série de situações, nomeadamente a descentralização para as freguesias. E isto vem mostrar que com despachos e portarias que não estão aprovados, dificilmente se consegue cumprir a Lei, como é óbvio. E portanto, estará para 2022. Eu espero sinceramente que isto corra bem. Mas, mais uma vez tenho de dar os parabéns também a esta Assembleia Municipal, que viu isto antes do tempo. Continuamos a cumprir, como eu disse, mas na descentralização que temos na freguesia – é a única União de Freguesias que temos – está a sair do Orçamento da Câmara, como para todas as outras. E portanto, isto aqui é ver que acima de Partidos pomos aquilo que assumimos, porque senão ainda hoje não teríamos – os particulares que fizeram contrato interadministrativo, sim; este estaria parado à espera de melhores tempos. -----

Portanto, sem me alongar mais, eram estas duas situações que eu queria salientar, nomeadamente a situação financeira estável, e o visto do Tribunal de Contas de um investimento

que é tanto como aquele que foi anunciado pelo Sr. Primeiro Ministro, são três milhões (3.000.000€). -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente da Câmara. -----

Então, passaríamos à intervenção dos Srs. Deputados, se o desejarem fazer. Está aberto o período de inscrição. Quem pretende inscrever-se? Sr. Deputado Luís Dias, José Aires. Penso que é tudo para a primeira ronda. -----

Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, tem precisamente a ver com a descentralização de competências. Está aqui que no dia 5 de fevereiro teve uma reunião, no âmbito da CIMDouro, com a Ministra da Modernização do Estado. Gostava só de saber que notícias é que ela deu nesse sentido – ou seja, se há pacote financeiro, se chutou para 2022. É nada, então? Continuamos na mesma deriva institucional? É só para perguntar sobre isso. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Obrigado, Sr. Presidente. Aproveitar também para saudar o Executivo, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara, que não consegui saudar na minha primeira intervenção. -----

Aproveitar aqui também para colocar duas questões ao Presidente. -----

Saudar, em primeiro lugar, esse investimento na escola, penso que já é há muito necessário. Quando estudei lá, as condições já não eram as melhores, e portanto, acho que vai reforçar a qualidade do ensino em Torre de Moncorvo, e continuar a proporcionar um maior esbatimento das desigualdades sociais – porque a educação, como sabemos, é a via correta para que isso possa acontecer, ou pelo menos é uma das vias fundamentais. -----

Questionar aqui o Sr. Presidente da Câmara, saiu também uma notícia – há pouco, ia colocar na parte dos assuntos relevantes – que diz respeito à questão dos transportes. Ou seja, a Autoridade Nacional de Transportes pronunciou-se, existiu uma não aprovação, ou existiam reservas relativamente a esse documento que nós também já apreciámos anteriormente aqui na Assembleia, e saber como é que se está a trabalhar no sentido de ultrapassar essa situação, e concretamente o que é que aconteceu, porque a notícia também não era clara. Se o Sr. Presidente da Câmara nos pudesse esclarecer, agradecia. -----

M
Edo
A



-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, muito obrigado. -----

Telegraficamente, mas de forma a ficar esclarecido, a Sra. Ministra Alexandra Leitão, nas declarações dela, passo a citar: *“Depois de reunir com as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, Alexandra Leitão inteirou-se das dificuldades de operacionalização sentidas pelos autarcas, e reconheceu ser necessário mais tempo. A decisão da Ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública foi bem-recebida, e estará adiada para o primeiro trimestre de 2022.”* Isto é o que está. -----

Eu quero aqui fazer uma declaração, que eu e o Sr. Deputado José Aires não combinámos nada; esta pergunta, tinha-a aqui, esqueci-me de falar dela, e portanto, muito obrigado pela pergunta que fez. Para lhe dizer que o jornal que menciona já nos habituou a ser pródigo em notícias que venham contra o Município de Torre de Moncorvo. Mas, eu continuo a dizer: sempre que subimos, não pelas qualificações que temos, essa questão logo nos remeterá para a boa ou má prestação que sabemos fazer no trabalho de cada um de nós. Por isso é que as monarquias caíram, e se implementaram as repúblicas, para todos poderem chegar lá, e não terem que ser direcionados por outra via.-----

Felizmente, algumas caíram. Eu estou a falar por Portugal, porque voto em Portugal. -----

Para vos dizer que o que está dito não foi que foi chumbado. E eu vou passar a ler também, para não haver qualquer dúvida, da Autoridade da Mobilidade e dos Transportes: *“Na sequência das interações mantidas com a Autarquia de Torre de Moncorvo, levamos ao conhecimento de V. Exa. o Parecer n.º 15/AMT de 2020, de 13 de fevereiro, aprovado pelo Conselho de Administração da AMT. O dito parecer contém determinações dirigidas ao Município, às quais se deverá dar resposta no prazo de vinte dias úteis.”* -----

O que nos foi pedido, basicamente, é que para aqueles pareceres que nós juntámos, nomeadamente da CCDR e de uma sociedade de advogados que está a trabalhar com as CIM's, foi que deveríamos juntar o comprovativo dos bilhetes vendidos, nomeadamente – os eletrónicos, é mais fácil, porque têm acesso – os que ainda são por canhoto. Basicamente é isto, estamos a responder neste momento. A parangona do jornal é que tinha sido dado um chumbo. Não é; como pode ver, ainda não estamos nessa fase. Não quer dizer que não venham a dar, mas estamos na fase ainda de responder. E aqui a questão é que todos os Municípios estão nesta fase, ou a grande parte. -----

E nós, por isso mesmo, iniciámos este processo, como dissemos, e estamos a concluí-lo, para o bem ou para o mal. Outros Municípios haverão de o iniciar também, e vamos ver, sendo certo que em alguns Municípios já foram dirigidas algumas intimações pelos concessionários, que vão

fazer a paragem dos autocarros que prestam serviço fora das carreiras de serviço público. E o que se passa aqui é exatamente isso, no nosso caso são oito trajetos que estão fora do serviço público. E eu aqui, o que digo aos Srs. Deputados, obviamente que o Executivo vai assumir as suas responsabilidades, e temos duas situações: ou assumimos que temos que fazer uma compensação, e queremos manter a área coberta, de noventa e oito por cento (98%) do concelho, ou assumimos que é só o serviço público que está adstrito ao concessionário, e paramos os restantes. E o que nos foi difícil de conseguir – e não vem de agora – a implementação de vários circuitos, nomeadamente estes oito, mas mais, os cinquenta por cento (50%) que o Município assume para os que tenham mais de sessenta e cinco anos e que necessitem do transporte público, nós temos que assumir de uma vez por todas isso. -----

O Sr. Deputado Fausto, na altura, perguntou, em termos do PART, como é que estávamos com a Comunidade Intermunicipal do Douro, e eu disse que tínhamos vinte e cinco por cento (25%), e as Terras de Trás-os-Montes começaram com cinquenta (50%), agora foram reduzindo, porque o dinheiro foi faltando. Em Oeiras, por exemplo, é gratuito. Mas, como é que o fazem? Através da Derrama das empresas e através da publicidade nos multibancos. Ora, nós não temos isso, e a Lei é cega, é para todos igual. Nós temos que arranjar aqui uma compensação, e mais, que já sai do Orçamento da Câmara, porque o ensino obrigatório é até ao décimo segundo, mas nós só temos transferência até aos alunos do nono. Nós já estamos a assumir isso, para ser igual para todos. O que estamos a assumir mais é que queremos que o concelho tenha noventa e oito por cento (98%) de cobertura, e que os que têm mais de sessenta e cinco anos tenham cinquenta por cento (50%) de desconto. Por quê? Por uma razão simples: porque, infelizmente, o nosso problema é demográfico, e infelizmente cada vez são mais os que têm mais de sessenta e cinco anos. Portanto, é para essa camada da população que nós temos que olhar. -----

Agora, indo em concreto à questão, estamos a responder a essa questão, que terá que ser, obviamente, com o apoio do concessionário, senão não temos hipótese. Agora, não se esqueçam é que nós já somos deficitários, quer nos passes escolares, quer no serviço público que se presta, a Câmara já tem um défice que é assumido pelo Orçamento da Câmara. E eu não gostaria de ver no Município de Moncorvo o que aconteceu num Município aqui vizinho, em que os autocarros pararam e deixaram de levar as crianças. Uma das questões é essa mesma, porque quarta-feira é quando se fazem dois percursos, sempre se fez. Na quarta-feira não há aulas à tarde, há crianças que vão para casa, mas há outros que têm desporto escolar, aulas de compensação, uma série de coisas, e nós assumimos – nós, Câmara, Município, digamos assim – que há mais uma viagem a fazer na quarta-feira, e que tem que ser assumida. Há quem entenda que não pode ser, mas nós continuamos com a mesma prática. -----

Entretanto, para que não haja dúvidas, naquele montante que estava estabelecido, não foi pago, porque o contrato que havia com a concessionária era sob a condição de vir o parecer positivo

Peredo



da AMT. Ainda não veio, ainda não foi pago, mas o serviço foi prestado. E portanto, isto, se não acabar por aqui, estou mesmo a ver que o concessionário vai recorrer às vias judiciais para dizer: “Eu prestei o serviço, vocês têm que pagar.” Não vai haver muitas dúvidas nisto. Ou então para; para, e recorre na mesma às vias judiciais. Eu esperava que isso não acontecesse, e que nestes vinte dias tenhamos uma resposta favorável, até porque sei que muitos Municípios iniciaram agora o envio do protocolo para a AMT, e nós já recebemos a resposta. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Antes de dar início à segunda ronda de intervenções, dizer-vos que terminou a meia hora prevista no Regimento para a chegada dos Srs. Deputados, e verifica-se só a falta da Sra. Deputada Maria de Lurdes Nunes dos Reis. Estão presentes vinte e sete deputados. -----
Ainda no Ponto n.º 1 da ordem de trabalhos, está aberto o segundo período de intervenções. ---
Srs. Deputados, quem pretender inscrever-se, faça favor. Sr. Deputado Fausto, Luís Dias, José Aires, e penso que é tudo. -----
Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto Tiago. Faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora, muito bom dia, Sr. Presidente da Mesa da Assembleia, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Deputados, e demais presentes na sala. -----
Queria perguntar ao Sr. Presidente da Câmara qual é a situação do projeto do regadio de Peredo, Urros e Maçores, relativamente a financiamento, se já há alguma novidade. Ou, sendo mais claro, será que esse projeto faz parte daqueles seis que a deputada do PSD – penso que é a Isabel Lopes, de Bragança – falava um dia destes, relativamente a financiamento do Orçamento de Estado, ou será que este nosso projeto já está incluído naquele bolo dos trinta e nove milhões (39.000.000€) de que o Primeiro Ministro falou há dias – porque os dezanove milhões (19.000.000€) que foram falados ontem ou anteontem, esses são apenas para melhoramento dos que já existem. O nosso projeto, em termos de financiamento, qual é a situação concreta, quais são as perspetivas que o Sr. Presidente tem, ou se não há perspetivas nenhuma – porque quando o Sr. Presidente diz que este é um projeto para dez ou quinze anos, está a querer dizer-nos que provavelmente nos seus mandatos não vai ser feito nada, porque já passou o comboio do financiamento, o senhor ficou na estação, tem bilhete, mas não conseguiu apanhar o comboio. Quando deveria ter sido ativo, quando deveria ter, de facto, previsto que a situação estava a complicar-se em termos de alterações climáticas, o senhor não fez nada. À última hora, andou a correr à pressa, foi preciso até pedir favores à Diretora Regional de Agricultura para conseguir um protocolo, etc. -----

Queria saber exatamente quais são as perspetivas que há para o financiamento do nosso projeto a médio prazo, até ao fim do mandato, por exemplo, e não a dez ou quinze anos. Dez ou quinze anos, de certeza que o senhor já não está cá. Em termos de prazos médios, quais são as suas perspetivas para o financiamento do nosso projeto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Dias, para se pronunciar. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, é no seguimento da última intervenção; a última intervenção foi sobre o projeto de regadio, e a minha é sobre o acolhimento empresarial da Junqueira. Está em elaboração de projeto, loteamento, candidatura na fase de aprovação. Estes dois projetos são estruturantes para a região, e gostava de saber onde é que é, concretamente, na Junqueira, como é que as empresas podem concorrer, se há um pré-concurso, quais os incentivos fiscais, ou outro tipo de incentivos à fixação, e no fundo, para quando o loteamento da Junqueira – que para mim, entre este projeto de regadio e este parque industrial, digamos assim, são complementares. A agricultura funciona se tiver, depois, a transformação agrícola associada.-----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Eu tenho aqui mais algumas questões para o Sr. Presidente. -----
A primeira que queria referir tem a ver com o Museu do Castelo. Já foi aqui adiantado várias vezes que estaria em fase de conclusão, ainda agora se consegue ouvir que as obras decorrem, se já existe uma previsão para a conclusão dos trabalhos. É uma obra que dura há vários anos, o que é que tem levado ao atraso da conclusão dessa obra, e quando é que se prevê, realmente, que possa ser a inauguração, se ainda vai ser antes ou após a Feira Medieval – até porque é um núcleo museológico que penso que vai ser aqui uma mais valia para o concelho, e que se integrará bem nessas festividades que marcam o nosso calendário. -----

Relativamente à questão aqui da fatura da água, vários municípios indicaram-me que não receberam a fatura da água este mês. O que é que ocorreu, sabendo que existe obrigação legal de emissão da fatura mensal da água, se tem a ver com essa transferência para a nova empresa, se foi uma questão técnica, se só foram alguns municípios, se foram todos, como é que vai ser resolvida esta questão, até para saber também, porque a água tem um valor, embora seja residual, é maior desde que este Executivo está à frente dos destinos do Município, uma vez que

Rede
Ay

esses encargos foram aumentados. Agora, também é preciso saber, porque as pessoas têm que ter essa regularidade e expectativa, o que é que aconteceu, e se já foi informada a população dessa situação, o que é que se vai passar aqui nesta questão. -----

Por último, questionar aqui também a intervenção que tem existido para a colocação do gás natural, tem sido uma intervenção que causa esses transtornos, são normais nesse tipo de obras, o Sr. Presidente já referiu. No entanto, essas obras também vêm acompanhadas com uma garantia. Ainda há pouco tempo, há cerca de dois meses, ainda antes da última Assembleia Municipal, a própria Câmara fez uma intervenção, ali junto ao Minipreço, num passeio – e bem, que era uma situação que tinha que ser tratada – e passado uma semana, o trabalho que foi feito, foi desfeito. Se têm sido fiscalizadas essas questões e acionadas essas garantias para reposição, pelo menos das condições das vias, como foram encontradas. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Presidente, faça favor. -----

-----**O Presidente da Câmara Municipal:** Muito obrigado. Ainda bem que tive a oportunidade de ficar para poder responder. -----

Sr. Deputado Fausto, o senhor faz-me lembrar o “pica do 7”; eu é que perco o comboio, mas o senhor é que anda sempre aqui a picar o bilhete. Não é só aqui, infelizmente; o senhor é que deixou passar isto, durante tempos nem se lembrou do regadio. Foi anos e anos Presidente de Junta, foi apoiante de bandeirinha do anterior Executivo, que não olhou minimamente para a agricultura, e o senhor agora, que tirou o bilhete para cobrador, é que vem ser o “pica do 7”. Fica-lhe bem, só lhe fica bem. -----

Bom, o que eu lhe disse aqui, e volto a repetir, para as pessoas perceberem de uma vez por todas – eu acho que toda a gente percebeu, mas pronto – é que quando eu disse que é um projeto a dez ou quinze anos, é porque aquilo tem barragens, tem reservatórios, tem uma série de problemas, nomeadamente com os proprietários, porque eu espero que os proprietários, quando souberem em que terrenos passem, não venham pedir exorbitâncias. Ainda estaremos cá para falar sobre isso. E quando eu lhe disse que teria que ser para dez ou quinze anos, também tem a ver com isto, porque o que foi falado em termos dos milhões que foram já gastos na Vilarica, o senhor, se calhar, nem sabe onde é que eles estão. Eu também passo por eles e também não sei. Uma coisa é o que está no papel, outra coisa é o que está no terreno. E tive oportunidade de dizer logo, se bem se recorda, que Valpaços e Moimenta, só Valpaços e Moimenta esgotavam o valor da candidatura. -----

O nosso projeto está a ser trabalhado para o novo Quadro Comunitário de Apoio. O Sr. Primeiro Ministro afiançou neste Conselho de Ministros que iria apostar no regadio; o Sr. Ministro do

Ambiente veio dizer que os autarcas são quase uns incompetentes por estarem a falar no regadio, porque não pode haver mais barragens nem regadio. Primeiro eles têm que se entender, e depois colocar bem os fundos, para onde é que vão ser dirigidos. O que nós temos que ter é o projeto já bem feito, bem estruturado. E vou-lhe dar também um exemplo: Vimioso, Miranda e Bragança, também ficaram de fora deste bolo que agora aqui está. E vou-lhe dizer mais uma coisa: foi com um projeto que até foi acompanhado pela Direção Regional de Agricultura. -----
Portanto, eu espero que o novo Quadro Comunitário tenha aquilo que o Sr. Primeiro Ministro disse, um aumento para o regadio. E se não for o Quadro Comunitário, que seja o Orçamento de Estado. Na nossa parte, que nos compete – e foi por isso que eu disse que são dez ou quinze anos – eu não tenho dúvidas, porque se eu sei que se eu chegar junto de si e lhe disser: “Olhe, preciso de passar por aqui”, o senhor disponibiliza o terreno até gratuitamente, como já fez, haverá outros que não o fazem, e vamos ter que entrar em fase de expropriação. -----
Portanto, nós temos que ter bem estruturado o projeto, apresentá-lo, devidamente acompanhado pelos pareceres técnicos da Direção Regional de Agricultura, e depois colocá-lo, como já fizemos, numa lista de projetos que sejam essenciais. -----
E por isso mesmo – e respondendo já à segunda questão – é que a área de acolhimento empresarial é importante; por isso mesmo, para ficar riqueza no território; que não seja só produção, mas seja também a forma de ficar rendimento dos produtos colhidos aqui no território. O projeto da área de acolhimento empresarial da Junqueira está na CCDR, e está na última fase de análise – estão todos na última fase. Percorremos este longo percurso, chegámos ao final, estamos à espera da decisão. -----

(Interrupção na gravação). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Faça favor Sr. Vice- Presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Bom dia, Sr. Presidente, Exma. Mesa, Srs. Deputados, Exmo. Público. -----

Referente à água, há aqui um ponto também que queria falar, para responder ao Sr. José, que o Sr. Presidente se esqueceu de dizer, na migração, nós já tínhamos fornecido, até para testes para a ADIN, para poderem fazer os testes com a nossa base de dados – que a base de dados deles era diferente da nossa. E durante o tempo que nós disponibilizámos, nunca nos foi reportado qualquer inconveniente com a migração dos dados. Deparamos, na mesma migração, quando efetivamente fizeram a migração, que havia ali um problema: que quando houve as uniões de freguesias, nós aqui assumíamos, e quando os contratos entravam na Câmara, eram feitos por código de freguesias. E quando houve a união de freguesias, foram criados códigos novos para essas uniões de freguesias. Às vezes metiam-se os contratos nas freguesias, outras

h
Redu
M



vezes metiam-se os contratos nas uniões de freguesias. E havia cerca de quarenta a sessenta dados desses registos que estavam nas uniões de freguesias, e que quando foi feita a migração, bateram aí – perdoem-me a expressão – mas ao baterem aí, tudo o resto não migrava. Foi, depois, uma análise que fizeram, e que detetaram isso, e que nos solicitaram a nós, à nossa equipa de informática, para fazer a correção. Foi feita a correção, foi feita outra vez a migração, e correu tudo bem. Mas, daí o atraso. -----

Em relação ao preço praticado pela ADIN, nós assumimos, de uma forma transversal e para todos, para além daqueles que podem vir a beneficiar da tarifa social e das IPSS's, mas achamos que para todos aqueles, de forma transversal, na disponibilidade da água e na disponibilidade do saneamento, que nós, numa primeira análise, assumiríamos um custo de dois euros e meio (2,50€) por cada contador, referente à disponibilidade da água, e mais dois euros e meio (2,50€) referente à disponibilidade do saneamento. Evidentemente que ficam de fora aqueles que estão isentos da tarifa de saneamento, por utilizarem fossas sépticas, ou por estarem mesmo isentos disso. E o Município assumiu esses cinco euros (5€) por cada contador, e temos a previsão, num espaço alargado, que possamos, ou nós, ou quem nos possa substituir, que num período de convergência, que foi assim definido com a ADIN, num prazo de cinco anos, podermos igualar o tarifário da ADIN. Até lá, o Município assumirá essas despesas com a ADIN. -----

Também para referir, é um problema que se depara em todos os lados onde há o gás canalizado, verifica-se aqui, precisamente, agora quando entramos na zona histórica, e porque foi pedida uma intervenção na Rua dos Sapateiros, porque é obrigação do empreiteiro fazer a abertura, pôr a canalização e fechar de imediato esse espaço, para não criar constrangimentos, verificamos aqui na Rua dos Sapateiros que o empreiteiro que fez a obra de tapar a rua, fê-lo de uma forma totalmente desgraçada. E também como agora andamos, e cada vez mais se aproxima o tempo da utilização da ecopista, achamos que a ecopista também não está nas condições que devia estar. Foram identificadas duas notificações, uma saiu precisamente para toda a zona histórica, da Rua dos Sapateiros, e outra precisamente para a ecopista, para reporem o mais rápido possível – demos um prazo para reposição; senão, temos que recorrer à caução e à garantia bancária, e executarmos nós. E são estes os termos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Então, passaríamos ao Ponto n.º 2. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal **apreciou** a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal e financeira do Município. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 2 — PROPOSTA DE DESIGNAÇÃO DE JÚRI PARA O PROCEDIMENTO CONCURSAL DE DIRIGENTE INTERMÉDIO DE 2.º GRAU. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Está aí uma proposta, que teremos que votar, em que o júri é constituído pela Dra. Susana Valente, de Freixo de Espada à Cinta, como Presidente; vogais efetivos, o Eng.º José Carlos Fernandes, também de Freixo de Espada à Cinta, e a Dra. Maria José Lopes, de Mogadouro. -----

Não sei se o Sr. Vice-presidente quer falar, penso que isto também é claro. De qualquer forma, estão abertas as discussões deste ponto. Algum esclarecimento dos Srs. Deputados? Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

----- **O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Ainda aqui no âmbito do ponto anterior, agradecer o esclarecimento que o Sr. Vice-presidente prestou relativamente às questões que eu coloquei. -----

Indicar apenas – o Sr. Presidente referiu, e bem, porque aqui tocou num ponto claro, que o antigo Executivo do Partido Socialista, presidido pelo Eng.º Aires Ferreira, do qual o meu pai fazia parte, o Eng.º José Aires, ele sempre defendeu essa situação do aumento da tarifa da água, precisamente por causa do défice tarifário que existe relativamente à tarifa da água. A questão prende-se precisamente com o facto de em 2013, quando esta coligação se candidatou, um dos grandes desígnios que constava do programa era precisamente baixar os custos da água, e não me parece que isso tenha sido atingido. O Sr. Presidente referiu que sim, o Sr. Vice-presidente também, mas eu gostava que nos pudessem fornecer esses dados, de contabilidade analítica, das receitas anteriores e atuais, que nos pudessem esclarecer, que pudessem fornecer aqui, através da Mesa da Assembleia, que pudessem fazer chegar essa informação aos Srs. Deputados. -----

E referir também que, efetivamente, isso é um problema, na minha perspetiva, para os problemas do interior – aqui foi referido e foi indicado que ainda deve ser aumentada a tarifa até pela entidade reguladora, e é um facto. Mas, é um facto que nos Municípios do litoral, o custo da água é muito mais reduzido. E portanto, acho que aqui também cabe aos Municípios do interior se poderem juntar, e junto do Governo encontrar uma solução para que para esse défice tarifário, possa existir uma tarifa social, para que os Municípios do litoral possam também compensar o défice tarifário que existe no interior. Eu acho que é uma luta importante, porque a água é um bem fundamental, e é uma luta para a qual eu estou disponível, e penso que o Partido Socialista de Moncorvo também, como os restantes Partidos aqui presentes. -----

Pedro
Ay



Mas, acho que esse é o caminho, é um caminho que já foi tentado, devido ao peso político dos Municípios do litoral o acordo não foi fechado, mas acho que é uma questão que hoje é premente. E se o Município tomar essa iniciativa, pode contar com o nosso apoio nesse sentido. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Isto ainda está relacionado com o tema anterior, o Sr. Vice-presidente depois tratará de ver esses documentos financeiros, para fazer chegar aos Srs. Deputados. -----

Relativamente ao Ponto n.º 2, como não há intervenções, passaremos à votação da proposta de designação do júri para o procedimento concursal de Dirigente Intermédio de 2.º Grau. Não está presente neste momento o Sr. Deputado Luís Dias. Por isso, em vez de vinte e sete, só votaram vinte e seis. Acho que está esclarecido. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redação em vigor que adapta à Administração Local o Estatuto do Pessoal Dirigente, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, **deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade e Fausto Tiago) **aprovar a “Proposta de designação de júri para o procedimento concursal de Dirigente Intermédio de 2.º Grau”** e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. -----

-----*Na votação deste ponto, estava temporariamente ausente da reunião o deputado Luís João Dias.*-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

PONTO 3 – DESIGNAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO RESPONSÁVEL PELA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO. -----

-----Não houve inscrições neste ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, não sei se quer intervir. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** É para dar conhecimento de que, à semelhança dos anos anteriores, isto foi um processo conduzido pela Associação de

14
Pedro
C

Municípios do Douro Superior, em que neste concurso integrou o Município de Torre de Moncorvo, o Município de Mogadouro, e a própria Associação. É só para dar conhecimento, os valores estão aí identificados, e o auditor é o mesmo – a ser aprovado, é o mesmo que tem acompanhado os trabalhos destes Municípios. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Estão abertas as inscrições sobre o Ponto n.º 3, Designação de auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Torre de Moncorvo. Como disse o Sr. Vice-presidente, isto é um processo desencadeado a nível da Associação de Municípios. Pelo que se depreende daí, em razão dos custos da contratação, em pacote, digamos assim, será mais acessível. E a empresa selecionada será a empresa que já presta serviço ao Município nesta área, que é a empresa Fernando Peixinho & José Lima, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. -----

Srs. Deputados, ninguém se pretende inscrever? Então, passamos à votação. -----

Neste momento, também só estão presentes vinte e seis deputados, está ausente o Sr. Deputado António Júlio de Sá Andrade. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do artigo 77.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI), **deliberou por maioria, com 24 votos a favor e 2 abstenções** (dos deputados António Júlio Andrade e Fausto Tiago) **aprovar a “Designação da sociedade “Fernando Peixinho e José Lima, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda”. como auditor externo responsável pela certificação legal das contas do Município de Torre de Moncorvo”**. -----

-----*Na votação deste ponto, estava temporariamente ausente da reunião o deputado António Júlio Sá Andrade.*-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

Ped. h.
Ay

PONTO 4 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)** e **Luís João Dias** (Coligação PSD/CDS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Isto, a delimitação, é uma reaprovação que trazemos aqui, é precisamente igual à que foi discutida já em 2016, creio que na Assembleia de junho de 2016 – creio eu, não sei precisar o dia – foi aqui trazida precisamente a mesma área de reabilitação urbana, e que na altura foi aprovada por unanimidade, e assim esperamos que seja, uma vez que não houve qualquer alteração à área de reabilitação. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. Têm ali uma foto da área da reabilitação urbana. -----
Dou a palavra ao Sr. Deputado João Pavão, para falar sobre o Ponto n.º 4. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----
Relativamente a esta estratégia da ARU, e derivado também de ser uma estratégia ao abrigo do Norte 2020 e dos fundos comunitários, e estando elencados, salvo erro, onze projetos para PARU's, que alguns já estão executados, e alguns em fase de arranque ou execução, só aqui uma dúvida, porque acho que quando foi o último mandato, foi apresentada a Expo Torre, salvo erro, que seria ao pé do atual pavilhão gimnodesportivo; mas, sei também que há um projeto para a Expo Torre ser junto ao Minipreço, em frente ao Minipreço. E na descrição do projeto PARU do Parque da Nória, fala-se da criação de um passadiço, e dessas componentes – que é tanto texto, que uma pessoa não se consegue lembrar de tudo – mas, por que é que esse pavilhão, Expo Torre, não foi também colocado nesta estratégia ARU, se foi por motivo financeiro, ou não, se haveria hipótese de o colocar, ou então manter o projeto anterior, porque visto que está aí a requalificação do Parque das Associações e do Parque da Nória, que é adjacente às piscinas de água quente, às Piscinas Municipais. -----
E também perguntar, aquele instrumento que está qualificado, acho que é o PARU 11, o IFRRU, que é o instrumento financeiro, se vai ser disponibilizado para privados, para associações ou para coletividades, seja qual for o seu género, e se isso vai ser divulgado à população, ou se já está a ser instrumentalizado esse IFRRU. -----

Era só essa pergunta. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Dias, para se pronunciar sobre o Ponto n.º 4. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Eu gostava só de comunicar uma observação, que acho que é óbvia para toda a gente: a delimitação da área é praticamente a sede do Município todo; continua a faltar para as freguesias, uma área também de intervenção. Acho que deveriam também contemplar, já que é a área total, praticamente, da sede do Município, pouca área está fora, e deviam contemplar as freguesias. -----

É só isso. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-presidente, tem a palavra.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. ----- Deputado João Pavão, o critério é o mesmo utilizado há quatro anos atrás. O que está ali previsto é que a Expo Torre fique em baixo, na zona da Nória, mais ou menos em frente ao Minipreço, a seguir àquele parque de estacionamento. A reabilitação que se pretende ali nas hortas comunitárias, todo o passadiço que leva para o outro lado, na parte da Fonte de Carvalho, estamos a falar da Nória, nas hortas comunitárias, para ligação à Fonte de Carvalho, onde haverá a possibilidade de a Expo Torre um dia vir a acontecer. Há reabilitação ali da parte das associações, porque é um espaço que a nós nos preocupa, a regeneração daquele espaço ali, porque está muito degradado, as condições que tem, só que para intervirmos aí temos que, de alguma forma, arranjar uma solução para as associações que lá estão neste momento, para não ficarem sem possibilidade de poderem continuar a exercer as funções que exercem neste momento. -----

Das outras coisas que referiu, do IFRRU, farei levar ao Sr. Presidente, que estará mais habilitado para falar desse assunto, para responder ao Sr. João Pavão. -----

O Sr. Luís Dias falou das freguesias, é nossa preocupação também alargar. Está em estudo, está a ser analisado, para alargar a todas as freguesias também esta possibilidade da regeneração urbana. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Segunda ronda de intervenções. Faça favor, Sr. Deputado. -----

Peab
Ay



-----**O Deputado João Pavão:** Agradecer o esclarecimento do Sr. Vice-presidente, e também desafiar quem tiver tempo, porque este documento é dos melhores documentos que nós temos a nível de estratégia, são cento e dez páginas, e não fala só de reabilitação urbana, fala de modelo de *governance* e enquadramento estratégico do concelho, e desafio quem tiver tempo, recomendar a ler esta estratégia, porque está muito bem redigida, é dos melhores estudos que temos a nível do concelho. -----

É só deixar esse apontamento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Concordo inteiramente consigo, Sr. Deputado. Eu tenho aqui sublinhada a parte da educação – e perdoem-me trazer isso à colação – e os dados preocupantes que tem, por exemplo, na pág. 15. Eu peço um pouco de atenção, para vocês analisarem estes dados, que é a diminuição acentuada de alunos que os concelhos do interior estão a ter. Nós falamos de Moncorvo, porque logicamente somos de Moncorvo, e diz-nos mais, mas os problemas de Moncorvo são semelhantes aos de Freixo, aos de Mogadouro, aos de Carrazeda, aos de Vila Flor, etc. Neste momento, o número de alunos do concelho – eu não sei quantos é que tem ali o Centro Paroquial, mas terá vinte, trinta alunos; ou seja, neste momento, temos à volta de seiscentos alunos, estamos abaixo de seiscentos alunos. Isto é um problema grave, e eu aproveitava esta situação – e perdoem-me por me alongar um bocadinho – porque aqui há uns meses, eu prestei declarações – que não é meu hábito, também não sou assim uma figura tão importante para isso – sobre a educação no concelho, e disse que Moncorvo corre o risco de, no futuro, não abrir algumas áreas de estudo. Isso foi mal entendido a nível do concelho, mas isso já acontece. Eu, por exemplo, sou professor do antigo sétimo grupo, do Grupo 430, que é o grupo de economia, contabilidade, direito, etc., e nós, em Moncorvo, somos três professores, que estamos cá nessa área – sou eu, o Prof. Américo e a Prof.^a Isabel Silva, que é de Foz Coa, mas que está aqui destacada. Ou seja, temos recursos humanos para dar fiscalidade, para dar direito, para dar economia, etc.; faltam-nos os alunos. Nós, em Moncorvo, há sensivelmente dez anos que não conseguimos abrir a opção de economia no Agrupamento de Escolas Dr. Ramiro Salgado. Esta é a realidade. No futuro, como vai ser? Há outras áreas que vão estar em risco, porque aquilo que há pouco estávamos a falar aqui, criar um regime de exceção, o número de alunos por turma, não pode ser igual em Moncorvo, em Carrazeda, em Mogadouro, em Vila Flor, por exemplo, em Bragança, não pode ser igual ao do Porto, de Lisboa, etc. Tem que haver uma diferença. Enquanto isso não for aceite e assumido, não vamos lá. E eu alerto, a situação é preocupante. -----

Como vos disse há pouco, dentro de dias vai entrar em obras a Escola Sede Dr. Ramiro Salgado, porque necessita urgentemente de obras, e ainda temos vários alunos. Nos próximos dez anos vamos ter um número de alunos aceitável, e os professores também precisam de ter condições

para trabalhar – porque os professores, por exemplo, não têm um gabinete de trabalho (a maior parte deles), a biblioteca, os laboratórios, etc. -----

Mas, eu deixo-vos uma notícia que vinha no jornal Mensageiro, no dia 13 de dezembro, em que estive em Vinhais o Sr. Secretário de Estado, João Costa, a falar sobre as obras. Em Vinhais já começaram, na Escola Secundária de Vinhais. E o Sr. Secretário diz assim: “*Governo deixa a porta aberta ao encerramento de escolas na região*”, e entre outras coisas diz: “*O nosso esforço tem sido colocar os nossos concelhos a trabalhar em rede. Esse trabalho já começou a ser feito há algum tempo para o ensino profissional, através de uma concentração ao nível da CIM. Aqui está a ser feito um bom trabalho. Agora, é preciso que se inicie para as outras redes, os chamados cursos científico-humanísticos. Obriga a tomar decisões sobre o transporte, e quem faz o quê em termos de oferta. O pior que podemos fazer é trabalhar na ilusão de que temos alunos para todos os concelhos.*” Isto disse o Sr. Secretário de Estado. Portanto, não se admirem se daqui por uns anos – não muitos, cinco, seis anos – alguém estiver aí a discutir que cursos vão haver em Moncorvo. -----

Isto é uma situação preocupante, mas eu concordo com o Sr. Deputado João Pavão, leiam com atenção este documento, que merece ser lido. -----

Posto isto, não há mais nenhuma intervenção neste ponto, podemos passar à votação? Peço desculpa por me ter alongado, e de não ter ido para a assistência, mas é só de vez em quando.-
Está ausente a Sra. Deputada Amélia Cabeleira. -----

----DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal, de acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro e do n.º 2 do artigo 16.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, **deliberou por unanimidade, de votos dos membros presentes, aprovar a “Delimitação da Área de Reabilitação Urbana”** e que aqui se dá por transcrita para todos os efeitos legais. -----

-----Na votação deste ponto, estava temporariamente ausente da reunião a deputada Maria Amélia Cabeleira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

Edm.
Ay



PONTO 5 – INTERESSE MUNICIPAL DE UM PROJETO DE TURISMO. -----

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Fausto Tiago (PS)**, **José Aires (PS)**, **Luís João Dias (Coligação PSD/CDS)**, **Maria Amélia Cabeleira (PS)**, **José Meneses (Coligação PSD/CDS)** e **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, faça favor. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----

Este é um assunto de um projeto que veio a reunião de Câmara, na altura, que teve um parecer desfavorável, quando foi preciso um parecer externo, e foi emitido um parecer desfavorável pela CCDR, pelo facto de a área de intervenção para um hotel de quatro estrelas, com um investimento de cerca de dois milhões (2.000.000€) para Moncorvo, e com a criação de doze postos de trabalho, pelo facto de se integrar em área de REN, foi dado o parecer desfavorável. - A possibilidade de ultrapassar este parecer desfavorável é que seja classificado e dado o reconhecimento de interesse municipal do projeto. Não nos acarreta qualquer responsabilidade, também não quer dizer que seja uma garantia de que o projeto possa vir a ser aprovado; há essa possibilidade, sendo reconhecido o interesse público municipal, pelo investimento que tem e pela criação de postos de trabalho, que possa vir a ser assim. Daí, foi a reunião de Câmara, e foi aprovado por unanimidade, daí também trazermos a esta Assembleia. -----

É um investimento importante para o Concelho de Moncorvo – aliás, todos os investimentos são importantes – este também de algum montante elevado, e a criação dos postos de trabalho, que também é muito importante para o concelho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. Sr. Deputado, faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Este é o primeiro ponto hoje em que vamos falar de turismo, depois ainda há o Ponto n.º 8. -----

É sempre salutar o investimento turístico no nosso concelho, na região norte e na região do Douro. Aqui perguntar somente, do requerimento que foi feito por parte da empresa, que pelo que vi é de fora – ainda pesquisei, mas não encontrei muitos dados – é a fundamentação do requerimento, porque é só mesmo essa situação de não passar na CCDR, será só esse o problema. E deixar aqui o apontamento que são sempre bons estes investimentos turísticos para o nosso concelho, que promovem o emprego, promovem a região, os produtos endógenos, e deixar esse apontamento. -----

Deixar aqui uma salvaguarda, que se for possível que os deputados tenham acesso ao projeto, uma vez que vai ser de interesse municipal, para também sabermos o que é que vamos votar. O meu sentido será a favor, porque é sempre bom captar investimento, mas também que os serviços depois nos façam chegar o projeto, para fazer passar essa viabilização de interesse municipal. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Tem a palavra o Sr. Deputado Fausto Tiago. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Ora bem, é evidente que todos concordamos que os investimentos na parte turística são importantes para o concelho, só que nós também não podemos estar a banalizar tanto estas questões de declarar interesse municipal para tudo e mais alguma coisa. Eu não conheço ninguém relativamente a este projeto; sei, por aquilo que vi, que vai ser implantado junto ao Rio Douro – o projeto é junto ao Rio Douro – num terreno chamado Quinta da Pandinha. Ora bem, quando se ouve “Quinta da Pandinha”, parece que existirá ali algum edificado, alguma infraestrutura que, de facto, levasse a uma recuperação de património. Por exemplo, se falarmos da Quinta da Terrincha, da Quinta da Silveira, da Quinta da Portela, muitas outras quintas que existem no concelho, aí, de facto, havia um interesse. Ali, meus senhores, por aquilo que eu conheço, ali não há nada. Há dez anos, aquilo era um terreno de montanha, com uma inclinação que deve ter cerca de trinta (30%), quarenta por cento (40%), onde foi implantado, há cerca de sete ou oito anos, um olival. É a única coisa que existe lá, é um olival, não existe lá mais nada. Se estiver enganado – não sei se está aqui o Presidente da Junta da Açoreira – há um barracão que foi feito na altura, quando implantaram o olival, mas um barracão, penso que uma coisa mais ou menos clandestina. Não há ali uma razão para nós dizermos que, de facto, há aqui um edificado que tem capacidade, que deve ser restaurado, que pode, de facto, ser uma mais valia para o concelho. Meus senhores, daquilo que eu conheço, é um terreno com cerca de quinhentas, setecentas oliveiras, oliveiras com seis, sete anos, não é um olival tradicional – se fosse um olival tradicional ainda poderíamos pensar um bocadinho. Aquilo é um olival que foi implantado há cerca de seis, sete anos. Não existe lá mais nada; existe o tal barracão, que penso que foi feito clandestinamente. E agora nós podemos pensar assim: será que isto é uma maneira de tentar ultrapassar, de pessoas que provavelmente terão dinheiro, e querem fazer ali uma casa, não têm outra maneira, e então recorrem a este expediente. Isto sou eu a pensar; eu não estou a afirmar, estou a interrogar-me sobre isto. -----
Eu provavelmente irei abster-me, só se houver outras posições que justifiquem, de facto, isto; irei abster-me porque não tenho certezas, não vejo, de facto, uma razão válida para este projeto. É evidente que se houvesse ali, como na Quinta do Campo, que é uma zona que está mais ou

M.
Pedro
Ay



menos degradada, para reabilitar, isso aí, sem sombra de dúvidas que eu iria aprovar. Sobre este caso, tenho muitas dúvidas. Será que a pessoa está a tentar ultrapassar a reprovação da CCDR relativamente a isto, recorrendo a este expediente? Eu não posso afirmar, mas tenho muitas dúvidas. -----

E se não houver outras razões, se mais ninguém tiver nada a adiantar, eu irei abster-me. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente a este tema, penso que é consensual entre todos os membros desta Assembleia, e transversal a todos os Partidos, a necessidade de investimento, sendo que uma das bandeiras do Município já era, e agora também é (embora noutros moldes), o turismo – até é uma das bandeiras do país, neste momento – e penso que qualquer investimento no turismo, desde que seja um investimento sustentável, é um investimento válido e que nós devemos apoiar. -----

Relativamente à questão concreta, aqui é pedido – e eu aqui também concordo com o deputado Fausto Tiago, quando falamos em interesse municipal, temos de falar sobre situações concretas, não podemos vulgarizar. Aqui neste projeto é pedido o interesse municipal, nós não temos acesso ao projeto. Temos aqui um parecer que é dado por um técnico, eu tenho aqui algumas questões também relativamente ao parecer. Primeiro, porque em termos técnicos, tenho aqui algumas dúvidas. Aqui é referida uma área de implantação de 599,80 m², e uma área bruta de construção de 177,66 m². Não sendo eu da área, mas pensando aqui que a área de implantação é de 599,80 m², a área bruta teria de ser pelo menos de 1.188,66 m². Analisando o parecer da CCDR, que vem aqui no Ponto n.º 4, o regime de exceção só pode ser dois por cento (2%) da área total do prédio, até ao limite máximo de 300 m². O que me parece aqui é que o projeto, por si só, dado se inserir aqui na região demarcada da Unesco, e também da REN... Eu não estava a falar do Alto Douro Vinhateiro; creio que a área está classificada como património mundial pela Unesco, na categoria de paisagem cultural evolutiva e viva, que é uma questão distinta – pelo menos é o que diz o Decreto-lei que a CCDR refere aqui no Ponto n.º 4. -----

Agora, independentemente dessa questão, acho que aqui o facto de não ter o projeto, de me parecer também que o estudo, ou aqui o parecer que foi apresentado, também não é conclusivo, e tem aqui algumas gralhas que são importantes na análise desta situação, gostaria de ouvir aqui uma explicação maior por parte do Executivo: o que é que fomenta, o que é que levou, uma vez que eles terão recebido o projeto e terão analisado certamente em reunião de Câmara, o que é que leva aqui, para além da questão da criação dos postos de trabalho e do investimento, quem é o investidor, têm garantias de sustentabilidade no investimento, essas questões associadas, e perceber porquê este investimento, quando também temos conhecimento de

outros empresários do concelho que pretenderam fazer investimentos, recorreram – e é pena não estar cá o Sr. Presidente para o poder questionar, mas que questionaram o Sr. Presidente para fazer uma carta de recomendação, e que até ao momento ainda não obtiveram resposta. O que é que diferencia uns projetos de outros, é isso que pretendemos saber. -----
Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Eu tenho um *modus operandi*, que normalmente quando há um parecer de um técnico do Município, normalmente voto a favor. Por isso, vou votar a favor. Gostava que o técnico estivesse aqui, já que há questões sobre o seu parecer. Não sei se é possível chamar o técnico que deu o parecer, ou não. Deixo a questão, se fosse possível, parece que tirava uma série de dúvidas para a votação de alguns elementos da Assembleia. -----

Em relação ao investimento turístico, nem todo o investimento é bom. Não conhecemos o projeto. São dois andares, mas será que choca na paisagem, ou será que está bem camuflado dentro do declive da encosta? Não sabemos, não temos o projeto. Gostava também de ver o projeto, para ver se, na minha opinião, choca, ou não, na paisagem envolvente. -----

Ainda em relação ao espaço em causa, acho que o Município pode mudar o PDM. Está neste momento em curso uma revisão ao PDM, e esta zona pode ser alterada e sair da REN. É uma pergunta, não sei. -----

E ainda em relação a este caso, eu participei num caso similar aqui há cinco, seis anos, no Município de Foz Coa, numa quinta que também se queria reabilitar, que é a Quinta do Saião. O Município de Foz Coa acedeu ao nosso pedido e foi considerado um projeto de interesse municipal, porque, na verdade, a Quinta do Saião já era uma quinta, é uma quinta desde D. Dinis, por isso tem todo um historial e uma reabilitação que é interessante. -----

Concordo com o que disse o membro desta Assembleia, Fausto, que diz que aquilo é uma área em que não havia ali nada, agora há um olival em patamares que nem são de muros, são taludes em terra batida, com um olival recente e com um barracão, numa área pequena. Para mim, uma quinta é já uma área substancial, não é uma Chácara, ou um quintal que tenha uma casa, ou um edificado, isso é uma quinta – Vale Meão era uma quinta que até tinha escola, e tinha hospital. Por isso, uma quinta é algo com edificado. Chamam-lhe quinta, eu acho que se vulgarizou o nome de quinta. -----

Não concordo com o que disse o membro Fausto e o membro José Aires, quando falam do perigo de vulgarizarmos os projetos de interesse municipal. Acho que não, acho que devíamos usar cada vez mais, esta Assembleia e o Executivo, cada vez usar mais esse procedimento, de

M. Pedro
Ay



considerarmos projetos de interesse municipal, de forma a dinamizarmos o pouco investimento que há na região. -----

Agora, este em causa, tenho muitas dúvidas, partilho da maior parte das dúvidas dos anteriores membros que falaram, também tenho sérias dúvidas. Acho que se o técnico comparecer aqui, poderá tirar-nos algumas dúvidas; senão, o meu voto será favorável, porque é o meu *modus operandi* – se há um parecer técnico de um funcionário do Município, eu vou votar a favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Só um minuto. Sra. Deputada Amélia, faça favor. -----

-----**A Deputada Maria Amélia Cabeleira:** Ora, muito bom dia a todos. -----

Este assunto vem, realmente, a talhe de foice daquilo que queria questionar o Sr. Presidente – mas, o Sr. Presidente ausentou-se – era sobre o turismo que dizem que se faz sentir agora em Urros. Ora bem, todos nós sabemos que Urros tem história, só uma pessoa que veio aqui à Assembleia é que dizia que não tinha história. O que é certo é que já me disseram que a Direção Regional de Cultura do Norte já está a par da situação, tomou providências, etc. O que é certo, Sr. Vice-presidente, eu vejo obra, eu vejo continuar os trabalhadores lá. E para não mentir aqui perante todos vós, hoje de manhã, antes de me ausentar da minha casa, passei lá e vi o construtor lá, com os seus trabalhadores. Uma aldeia que eu defendo acerrimamente, e que está a ser descaracterizada desalmadamente. Eu não posso pactuar com isso. Estou aqui para defender as duas freguesias, Urros e Peredo, e era nesse sentido que eu queria questionar o Sr. Vice-presidente, se já se fez alguma coisa. -----

Mais, quando eu me dirijo para aqui, para Moncorvo, ou quando faço o trajeto contrário, e qualquer pessoa que o faça vê à entrada da nossa freguesia um amontoado de plástico, telha, esferovites, proveniente da reconstrução dessas mesmas casas. Ou seja, a entrada de uma freguesia é como a entrada da nossa casa, é a nossa entrada, uma imagem muito desfavorecida daquilo que é. Eu não quero que isso aconteça. Ora bem, se para uns é aplicada uma postura...

-----**O Presidente de Mesa:** Sra. Deputada, desculpe lá, mas devia ter falado nisso anteriormente, porque agora estamos neste ponto. Já é a segunda vez nesta Assembleia que vamos para os pontos anteriores. -----

-----**A Deputada Maria Amélia Cabeleira:** Sr. Presidente, peço desculpa, mas como se estava a falar em turismo, eu aproveitei a deixa. Pronto, era só isso que eu queria. -----
Obrigada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Tudo bem, também não é por isso que vamos deixar de discutir os assuntos do Município, mas tinha um momento próprio. Mas, o Sr. Vice-presidente também não deixará de responder por esse motivo. Mas convinha que tratássemos esses assuntos naquele momento certo, e naquele momento preciso. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Depois de ouvir a resposta do Sr. Presidente da Junta da Açoreira, fiquei mais esclarecido. Um investimento deste nível, feito sem o conhecimento da autarquia local, isto faz-nos desconfiar. O Presidente da Junta da Açoreira não sabe de nada? Meus senhores, a primeira coisa que o investidor devia fazer era contatar as entidades locais, era contatar a Junta de Freguesia. A Junta de Freguesia iria contatar a Assembleia de Freguesia, falaria com o Sr. Presidente. Agora, o Presidente da Junta de Freguesia da Açoreira não sabe de nada, meus senhores. Penso que isto nos deve deixar desconfiados. -----

É evidente que nós vamos aprovar todos os investimentos que sejam de interesse para o Município, mas tem de haver uma base, Sr. Luís João, não vamos aprovar só por aprovar. E neste caso, eu tenho muitas dúvidas. -----

Eu sugeria, já agora, que se adiasse para uma próxima reunião esta decisão, e tentar obter mais informações sobre este projeto. É só isso que eu estou a dizer. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Meneses, faça favor. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Muito bom dia a todos, Sr. Presidente, Vereadores, colegas de Bancada e público. -----

Eu acho que já estou inscrito na segunda ronda, porque eu percebi que o Sr. Vice-presidente prescindiu da primeira; por isso, acho que já é a segunda ronda. -----

Eu compreendo, de facto, as preocupações de alguns deputados. Agora, também quero salientar que nós estamos a votar um projeto turístico de interesse municipal. Com certeza que, depois, haverá um projeto, e dentro desse projeto virá à Câmara Municipal, haverá uma fiscalização, haverá uma autorização, ou não, para a própria construção em si. De facto, se não for para utilidade hoteleira, eu também não vejo assim com bons olhos a aprovação deste interesse municipal, mas com certeza que dois milhões de euros (2.000.000€), terá que ser para algum benefício próprio do interessado em elaborar este projeto turístico. -----

E queria também realçar que em frente a Urros, em frente ao termo de Urros, está lá um projeto turístico em que não existia nada, que é a Quinta do Valado, que até já tem alguns prémios de arquitetura. Por isso, não vejo aqui essa situação de quintas ou não quintas, ou de não ter nada edificado. Quando uma pessoa compra um lote, também não está lá nada edificado, vai fazer uma casa. Agora, de facto, o Ponto n.º 5 é um projeto turístico, é um interesse municipal. São

Pedro
Ay



dois milhões de euros (2.000.000€), acho que é isso que está em cima da mesa. Em todo o caso, a posteriori, a Câmara Municipal e os seus técnicos é que têm que fiscalizar o projeto, a obra em si, e os regulamentos que daí advenham. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Já que o técnico que emitiu este parecer não está aqui, porque há dúvidas sobre este parecer – irá chegar? -----

-----**O Presidente de Mesa:** Desculpe interromper, já lhe dou novamente a palavra. Nós só estamos aqui a votar um ponto – que fique claro – que é este: estamos a ver se este projeto, que não é quinta nenhuma, é no Lugar da Padinha, tem ou não tem interesse municipal, ponto final. Nós não estamos a votar projetos. É só isso, não estamos a votar projetos. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Sr. Presidente, desculpe lá, mas se a este ponto vem anexado um parecer de um técnico do Município, se há dúvidas sobre esse parecer, não vejo por que não tirar as dúvidas aos membros desta Assembleia, para que possam votar, ter o seu sentido de voto. Eu até já indiquei o meu sentido de voto, não é por mim; é pelos outros membros desta Assembleia que ainda não conseguem decidir o seu sentido de voto. Se calhar, com a presença do técnico, conseguirão. Pelo menos pareceu-me. Senão, também adiar poderá ser uma solução. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu penso que não é motivo para adiar o ponto, desculpe lá. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Só queria terminar. Queria só salientar que acho que a Junta de Freguesia não tem de dar parecer nenhum sobre este tipo de projeto. Se não estou enganado, as Juntas de Freguesia não emitem pareceres sobre estes investimentos, por isso não vejo por que razão o Presidente da Junta de Freguesia da Açoreira teria de saber deste projeto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Para terminar as intervenções, vamos continuar. Quem pretende falar sobre este assunto? José Aires e Francisco Braz. Ninguém mais? Estão encerradas as intervenções. Os Srs. Deputados vão pronunciar-se, e depois iremos passar à votação do ponto.- Sr. Deputado José Aires, faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui também frisar que foram colocadas várias questões na primeira ronda de intervenções, e o Executivo prescindiu da palavra. Eu penso que as Assembleias são precisamente para esclarecer as questões que são postas pelo órgão que fiscaliza o Executivo. Não percebo, foi uma estratégia já anteriormente utilizada pelo Presidente da Câmara, felizmente quando chamado à atenção prescindiu dela, e espero que o Sr. Vice-presidente, nos pontos restantes, possa a cada momento responder às questões que são colocadas naquele momento. -----

Relativamente aqui à questão em análise, concordo em discordar com o deputado Luís João, efetivamente, para mim, o interesse municipal não pode ser atribuído de ânimo leve. Não quer dizer que este projeto não o mereça. Agora, como o Sr. Presidente da Mesa referiu, e bem, é sobre um projeto, o projeto não consta aqui, anexado, não foi remetido. Se atendermos aqui às questões que coloquei, ainda não foram esclarecidas, relativamente ao Ponto n.º 3, continuo a aguardar. Não verifico aqui nada acerca de questões técnicas, verifico aqui questões mais do âmbito programático, e até político, como é referido aqui em alguns pontos, que o turismo, neste caso, é uma das bandeiras deste Município. E sendo um parecer técnico, partia do princípio que pudesse referir tecnicamente, e contrapor relativamente aos argumentos legais que fazem parte do parecer da CCDRN. É só essa a questão, porque é uma zona sensível, é uma zona que já inviabilizou outros investimentos importantes, como é o caso do parque eólico – que é uma questão que eu também gostaria de saber e questionar o Município como é que está; se calhar, na altura, deveríamos ter defendido com mais força, com mais interesse municipal nesse projeto, que era um projeto de milhões, e com contrapartidas, que foi para Sines, e que disseram que ia lá ter um cartaz a dizer: “Parque Eólico de Torre de Moncorvo”. Pois eu já fui lá, e ainda não encontrei esse cartaz. E queria saber quantos milhões é que já foram pagos, daqueles que são devidos, pela cedência dessa potência a esse concelho. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Francisco Braz, faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Ora, muito bom dia a todos os presentes. -----

O que estamos aqui a discutir é, realmente, a importância da possibilidade de se dar o passo seguinte para esta possível candidatura. E digo “o passo seguinte” por quê? Quem está a meter esta candidatura, certamente deu o primeiro, e o primeiro passa por candidatar isto em algum lado. E ao chegar a candidatura a esse algum lado – que não sei onde, mas podemos saber – exigem-lhe precisamente isto, esta declaração de interesse, que depende aqui de nós, passarmos ou não, para a candidatura futura ter “pernas para andar”, ou não. A nós só nos cabe, neste momento, pensarmos o que queremos: se isto tem interesse para nós, se realmente queremos mais projetos de turismo (neste caso), se queremos continuar a alavancar o turismo

lh.
Pedro
Ay



cada vez mais, ou não. Estamos aqui a discutir coisas que, neste momento, se calhar nem nos dizem respeito a nós. O que nos dirá respeito a nós, posteriormente, será, depois, a análise e o colaborar, sim ou não, no desenvolvimento do projeto, mas será posteriormente. Neste momento, ou “matamos” já o projeto à nascença, ou esperamos por ele para, depois, nos debruçarmos sobre ele. Estamos aqui a discutir questões de áreas técnicas; nós não temos nada a ver com isso. Isso será depois, o dono, o promotor é que se tem que preocupar com essa situação, para depois poder expô-la na própria candidatura, para que lhe seja aprovada, ou não, e depois carecerá do que nós tivermos a fazer. Agora, o que está aqui em causa é “matarmos” – entre aspas – o projeto à nascença, ou não. É só isto, simplesmente. -----
Eu votarei a favor. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Vice-presidente. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

Sr. Deputado José Aires, eu prescindi porque eu não pensava que nesta Assembleia debatêssemos aqui esquemas técnicos como a análise de projetos; eu pensei que aqui era deliberarmos o interesse, efetivamente, ou não, político, o interesse que este projeto tem para o Município. Mas, também se for do interesse do Sr. Deputado Luís João analisarem o projeto como técnicos – não sei se têm capacidade para isso, para poderem ver. Como referiu o deputado José Meneses, na Quinta do Valado, na Casa do Rio, não existia nada, e surgiu lá aquilo que é um edifício já muito premiado a nível nacional e a nível internacional. Não quer dizer que o projeto que vem para esta área também, para nós, não possa acompanhar a mesma filosofia, o mesmo interesse que foi ali daquele lado, no Concelho de Vila Nova de Foz Coa. ----
Penso que caso haja interesse mesmo em que tragamos aqui, e discutirmos aqui tecnicamente um assunto que, creio eu, a maior parte de vós não tem capacidade – como não tínhamos nós, também por isso é que foi à reunião de Câmara – mas, podemos trazer aqui o técnico, se assim o entender, e se o Sr. Presidente assim o entender também. -----

De referir aqui, Sr. Francisco Braz, não sei se isto se trata de uma candidatura, ou não; isto carece é de um parecer prévio, e esse parecer prévio é feito pela CCDR. Está classificado numa zona C da REN, e por isso tem um parecer desfavorável. Só é possível ultrapassar isto com o interesse municipal. A nós, compete-nos agora, nesta fase, numa fase política, decidir se queremos, realmente, classificá-lo como de interesse municipal. Evidentemente que, depois, todo o resto do projeto virá para aprovação, será acompanhado. Se é para casa de habitação, não é, Sr. Fausto, será para aquilo que está licenciado, para um hotel de quatro estrelas, e os

licenciamentos e as vistorias serão feitos em conformidade com isso. Portanto, não nos podemos ligar aqui, ou chumbar isto como de interesse municipal, pensando que o projeto possa ser para interesse particular. É interesse particular, mas com benefícios para o turismo e benefícios para o concelho. -----

Não sei se me posso referir aqui a mais alguém, que alguma dúvida possa ser esclarecida. Se entenderem por bem, se entenderem extremamente necessário que o técnico venha aqui, estamos disponíveis para isso. Mas, o que realmente está aqui é a decisão política de interesse municipal para o projeto, se realmente trazemos o projeto, ou não, ou se o deixamos cair por questões pequenas. E nós não estamos interessados nisso neste Município. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

Não vamos alongar esta discussão, porque aqui, como disse, o problema que está em cima da mesa é votar este projeto, se tem ou não tem interesse relevante para o Município. -----

Por isso, vamos proceder à votação do Ponto n.º 5. -----

Faça favor, Sr. Deputado. Oralmente ou por escrito? Pode ser. -----

-----**O Deputado José Aires:** Visto que nenhuma das questões que coloquei foi respondida, optei por me abster neste ponto, para não inviabilizar, efetivamente, a concretização do projeto, referindo aqui que sendo uma questão técnica política – tanto que o parecer é técnico – também é uma questão política. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Também quer fazer declaração de voto?

Faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** O meu voto é favorável, tendo em conta a indicação do técnico do Município, responsável pela informação anexa ao ponto. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **deliberou por maioria**, com 22 votos a favor e 5 abstenções (dos deputados *Válter Andrade, António Eduardo Carvalho, António Júlio Andrade, Fausto Tiago e José Aires*) **aprovar o “Interesse Municipal do Projeto de Turismo”**, e que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

11
Pedro
Ay



-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 6 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE TORRE DE MONCORVO – APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2019.-

-----Não houve inscrições neste ponto.-----

-----**O Presidente de Mesa:** Quem pretende pronunciar-se sobre o relatório da CPCJ de Torre de Moncorvo? Não há inscrições? Sr. Vice-presidente, não sei se quer pronunciar-se. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º2 do artigo 18.º da Lei n.º 147/99 tomou conhecimento do “Relatório de Atividades da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) de Torre de Moncorvo do ano de 2019”.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 7 – CÓDIGO DE CONDUTA. -----

-----Inscreveu-se para intervir neste ponto o deputado **José Aires** (PS).-----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, não sei se pretende apresentar. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Isto é só para referir que a proposta do código de conduta advém da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que torna obrigatória a implementação dele, e foi criado este aqui para nós, que não tem regime sancionatório, não é um regulamento, é só mesmo um código de conduta, que todos os órgãos eleitos, todos os funcionários e colaboradores do Município têm que se rever neste código e pô-lo em prática enquanto colaboradores, enquanto órgãos autárquicos nomeados, e enquanto colaboradores do Município. -----
Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Srs. Deputados, quem pretende pronunciar-se? Só o Sr. Deputado José Aires? Faça favor. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente aqui à questão que o Sr. Vice-presidente referiu, a exposição que o Sr. Vice-presidente da Câmara fez – e agradeço desde já – relativamente ao código de conduta, indicando que também é uma obrigação legal, era precisamente essas questões. Quando se fala – até voltando aqui ao ponto anterior – numa questão de implementação de um projeto turístico, a Câmara, sendo uma entidade administrativa, tem que se pronunciar também em termos legais sobre a questão, se está dentro do PDM, etc., e quais os regimes de exceção – só para referir essa situação. -----

O código de conduta, relativamente ao código, parece-me até bem executado, tive oportunidade de o ler. Deixar aqui uma questão também ao Executivo, não propriamente relativamente ao código de conduta, mas que tem a ver essencialmente aqui também com uma questão administrativa da própria autarquia, que era – aproveitar este ponto – relativamente à questão dos precários, como é que está essa situação, se nos podem dar algumas informações, se já foram todos integrados, se o Município tem ainda intenção ou possibilidade de colocar mais pessoas. -----

Relativamente a outro ponto que foi há pouco tempo também referido, que tem a ver com a questão das aposentações, como é que está essa situação, se já existe um regulamento definido, porque soubemos que existiram vários pedidos remetidos ao Executivo relativamente à pré-reforma e outras questões associadas a essa questão. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Mais alguma intervenção? Como está também na informação que foi remetida, o que está aí é para conhecimento. Penso que todos os Srs. Deputados já tomaram conhecimento do código de conduta. -----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Não tem a ver com o ponto em si, mas tem a ver com a questão dos precários. Os precários foram todos integrados, dentro daquela possibilidade que tínhamos. Não houve mais abertura nenhuma. -----

Falou-me também dos que pediram a aposentação – não percebi a segunda parte da pergunta, peço desculpa. -----

-----**O Deputado José Aires:** Não há problema, posso clarificar. Existe agora a possibilidade, na Administração Pública, penso que da pré-reforma. Já foi na Assembleia anterior que me tinham indicado que existia um conjunto de pessoas que trabalham no Município, que estão nessas condições, e que teriam submetido candidatura, mas que, na altura, o Município, penso que ainda iria elaborar um regulamento. Se esse regulamento já existe, como é que está a ser tratada essa questão, é só nesse sentido. -----

Redo M.
Ay



-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Obrigado, Sr. Deputado. -----
Não, não foi feito um regulamento; foram feitas umas diretrizes, que foram aprovadas em reunião de Câmara, porque numa primeira análise, e decorrente da Lei, toda a gente, ou grande parte, concorreu, dentro disso, o que inviabilizava totalmente para os cofres do Município a possibilidade de aceitação disso, evidentemente. Mas, criámos critérios, e os pedidos que entraram depois desses critérios são analisados um a um. Não quer dizer que sejam todos atribuídos, nem quer dizer que aqueles que saíam desses critérios não possam também ser analisados – como um caso que aconteceu recentemente com um funcionário nosso, que padece de uma enfermidade bastante grave, e que nós, mesmo não cumprindo aquilo que nós tínhamos decidido, foi a reunião de Câmara, e uma vez que não cumpria esses requisitos, mas devido à situação de saúde dele, foi aprovado. Todos os outros são analisados individualmente, conforme também os pareceres que são dados pelas chefias intermédias, e perante esse parecer, estando de acordo com aquilo que foi atribuído, do tempo de serviço e da idade que foi estipulada, são analisados todos eles, caso a caso. E conforme disse, conforme os pareceres, serão assim decididos depois. Mas, não há nenhum esquecido; todos os que estão a ser submetidos estão a ser analisados, e alguns já foram atribuídos. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está esclarecido, Sr. Deputado? Muito bem. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, **tomou conhecimento do “Código de Conduta”** que aqui se dá por transcrito para todos os efeitos legais. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 8 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA NO MUNICÍPIO DE TORRE DE MONCORVO E MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO DOURO E ALTO DOURO VINHATEIRO.

-----Inscreveram-se para intervir neste ponto os deputados **João Pavão (PS)**, **Luís Dias (Coligação PSD/CDS)**, **José Meneses (Coligação PSD/CDS)**, **José Aires (PS)**, **Francisco Braz (Coligação PSD/CDS)** e **António Júlio Andrade (PS)**. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu não sei se o Sr. Vice-presidente quer intervir. Sr. Vice-presidente, quer intervir neste Ponto n.º 8 já, ou espera pelas perguntas dos Srs. Deputados? Estão abertas, então, as intervenções dos Srs. Deputados. Sr. Deputado João Pavão, Luís Dias, José Meneses e José Aires. Na primeira ronda temos quatro inscrições. -----

E o primeiro a inscrever-se foi o Sr. Deputado João Pavão. Faça favor. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Esta proposta foi apresentada aqui em setembro do ano transato, em 2019, e ficou como objetivo os deputados discutirem esta proposta. -----

Como sabem, os Municípios têm poder de criar taxas, dentro dos impostos podem também criar – taxas não, mas têm intervalos de criação de taxas. E isto vem no sentido do que se está a passar com a navegabilidade do Rio Douro. Nós reparamos que as empresas que navegam no nosso rio, claro que trazem turistas, mas os turistas não ficam, essas empresas do Rio Douro deterioram as margens, deixam lixo. Temos Municípios, como é o caso do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, que tem imensas taxas com a Douro Azul, inclusivamente pagando água potável, lavando os tanques. E vemos que estão a chegar um milhão de turistas por ano, segundo a APDL e a Douro Azul, um milhão de turistas a circular no Douro, e qual é a contrapartida financeira que têm os Municípios nisto? É zero euros. E portanto, eles estão a degradar o nosso bem natural, o nosso património natural – e aqui, há pouco, todos defendemos o património natural – e a proposta de criação destas taxas é que esse dinheiro oriundo da taxa turística, que será imputado ao turista ou à empresa, sirva para várias componentes. -----

Uma medida seria para canalizar essa receita obtida através dos turistas para eventos culturais a dinamizar em Torre de Moncorvo e nos concelhos da CIMDouro e Alto Douro Vinhateiro. A terceira medida seria potencializar a imagem e o marketing territorial dos concelhos, da CIMDouro e do Alto Douro Vinhateiro, através da taxa obtida através dessa receita, porque se estamos a falar de um milhão de visitantes, a cobrar um euro (1€) que seja por esses turistas, estamos a falar de um milhão (1.000.000€) para os dezanove Municípios, o que já é uma receita considerável. Se forem dois euros (2€), já estamos a falar de dois milhões (2.000.000€). E estamos a falar de turistas que pagam dez mil euros (10.000€) para passar aqui uma semana. Portanto, mais um euro (1€), ou dois (2€), acho que não fará grande diferença, mas fará diferença, sim, para os cofres dos Municípios. -----

A medida quatro será também canalizar a receita turística obtida para ações de sensibilização e de otimização das zonas ribeirinhas e fluviais – ou seja, vemos que o Município também está a investir numa fluvina na Foz do Sabor, mas isso podia repercutir-se em outros cais do território dos concelhos abrangidos. E a medida cinco, isto surgiu do inquérito que é feito aos turistas, que os turistas gostam muito do nosso território, gostam muito da nossa comida, da nossa gastronomia, da nossa bebida, mas não gostam do atendimento, dizem que somos pouco profissionais e falamos mal inglês, espanhol, francês, e por aí fora. Portanto, seria também usar esse dinheiro para capacitarmos os agentes locais turísticos para terem formação a nível multilingue, a nível do marketing, a nível de tudo o que envolve a ação turística. -----

Receitas
M.
A

Claro que aqui não vamos votar já a aprovação disto, isto é só um texto meramente preparatório, que pode ser discutido pelo Executivo e com os demais deputados, Presidentes de Junta, e com a Associação de Comerciantes de todos os concelhos. E fica aqui este registo de proposta, e depois veremos como é que vamos trabalhar esta proposta. E deixo à consideração também das outras pessoas, e das outras Bancadas. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado Luís Dias. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Das cinco medidas, só a primeira é que é referente a receitas; as outras quatro são referentes a despesas. Não vou falar das outras quatro, de despesas, vou basear-me apenas na medida de receitas. -----

Concordo a cem por cento (100%) com a parte da taxa no âmbito da CIMDouro para os atores turísticos fluviais do Rio Douro; não concordo, neste momento, com um euro (1€) por dia, de taxa turística em Moncorvo. Por quê? Porque ainda não temos uma quantidade de turistas suficiente para que o retorno seja quantificável. Ou seja, só a ideia da taxa pode ser negativa, quando em comparação com os Municípios envolventes, na hora do turista decidir em que Município vai ficar – “Aquele Município tem uma taxa, então não, vamos para outro”, pode haver esta ideia – porque o retorno dessa taxa, acho pequeno ainda. Pelo que diz este texto para discussão, fala em cinquenta por cento (50%) de ocupação, quarenta mil euros (40.000€), se não estou em erro, são estes os números que estão, quarenta e três mil e duzentos euros (43.200€). Não é substancial, acho eu, acho que ainda é pouco dinheiro. Se tivéssemos mais turistas, mais dinheiro, ainda dava para fazer um bolo considerável para se poder fazer alguma coisa nas outras quatro medidas a seguir; sendo pouco, porque há pouco turismo, esta parte da receita, eu não incluiria. Incluiria apenas – e a essa, dou todo o meu apoio, mesmo de tempo, a posteriori, para discutir, mas acho que é no âmbito da CIMDouro que devia ser discutido, temos lá os nossos representantes – em criar-se uma taxa para os atores de exploração turística na via fluvial do Rio Douro. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** A proposta, de facto, é uma proposta interessante, é um documento bem elaborado, até porque, com algum conhecimento de causa, que o Sr. Deputado João Pavão também é proprietário e é gestor de uma unidade hoteleira, por isso mesmo tem esses conhecimentos que nos traz aqui à Assembleia, para melhor identificá-los e melhor debatê-los. -----

Contudo, de facto, porque há aqui algumas situações em que tenho que concordar também com o Luís João – se bem que quarenta mil euros (40.000€) são quarenta mil euros (40.000€), é sempre dinheiro que entrava para a autarquia para poder fomentar mais o turismo, para poder criar a parte do marketing, que também aqui se sobrepõe àquilo que já está a ser feito por esta Câmara Municipal, e também pela CIM Douro. Mas, contudo, eu acho que esta proposta deve ser, e tem toda a lógica de ser debatida, ter todos os intervenientes nela; mas, contudo, depois, até mesmo pela parte final da proposta, teremos que recomendar que a Câmara Municipal tome as medidas adequadas, se pronuncie através de um regulamento próprio, e assim trazer, depois, aqui à Assembleia para ser votado. -----

Mas, queria dar os parabéns pela proposta e pelo documento elaborado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Aqui, da proposta que tive a possibilidade de analisar – também não tinha conhecimento que tinha sido remetida pelo deputado João Pavão – em primeiro lugar saudar, também fiquei a saber que é proprietário de um estabelecimento, e ele próprio trazer uma proposta que vai taxar o seu negócio, não é comum, e é de saudar, pondo os interesses do concelho, na perspetiva deste documento, acima dos seus próprios. -----

O que eu verifico aqui vai também um pouco de encontro àquilo que o deputado Luís João referiu, que tem a ver com o volume de turismo que nós ainda temos. Efetivamente, existem outras zonas que já aplicam uma taxa – isso começou em Lisboa, na altura foi apelidada de “taxinha”, e hoje foi seguido por muitos Municípios esse exemplo, nas zonas onde essencialmente existe uma massificação de turismo, que gera, depois, uma despesa muito grande ao nível do serviço de transportes públicos e desgaste em outros equipamentos municipais nessas zonas. -----

Relativamente aqui à questão, é aquela questão que estavam a falar, os quarenta mil euros (40.000€) relativamente à receita, ou quarenta e três mil euros (43.000€), um número aproximado ou estimado, não sei se neste momento não seria mais benéfico serem os próprios proprietários dos equipamentos a ficarem com essas receitas para melhorarem, para continuarem a investir no nosso concelho, para gerarem mais postos de emprego. Eu penso que, se calhar, nesta fase, isso seria preferencial. -----

A questão do Douro, na minha perspetiva, ou da taxação dos portos do Douro, aí até se pode fazer uma separação, já é uma questão sobre a qual não tive muito tempo para estudar o assunto. Depois, põe-se aquela questão de como fazer essa cobrança – penso que podem existir entraves, mas pode ser possível, o próprio Município de Lisboa faz junto do aeroporto, da entidade que administra o aeroporto; isso pode ser uma solução a ser estudada. -----

lh
Pedro
Ay



Agora, o ideal seria mesmo que aquela grande proposta de criação de um cais de embarque na Foz do Sabor pudesse ser uma realidade, e se pudesse tentar que ele fosse uma realidade, que essa proposta de 2013 fosse concretizada junto da Autoridade Portuária do Porto de Leixões, que era para, realmente, os barcos poderem parar, e as pessoas virem aqui, pernoitarem mais aqui, consumirem mais aqui, e valorizar ainda mais os nossos produtos, e tudo de bom que se faz aqui nesta terra e neste concelho. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Vice-presidente, não sei se quer pronunciar-se, ou se passamos à segunda ronda. Então, segunda ronda de intervenções. Já há uma inscrição, Sr. Francisco Braz, Sr. João Pavão, José Meneses e Luís Dias. Estão terminadas as inscrições para a segunda ronda, e tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Braz. Faça favor. -----

-----**O Deputado Francisco Braz:** Ora, relativamente a este assunto das taxas, eu já numa Assembleia anterior frisei aqui a minha opinião em relação ao operador turístico fluvial, principalmente que não nos deixa nada. E hoje, continuo a partilhar dessa ideia que transmiti anteriormente, e sou completamente a favor de que se possa, de uma forma ou de outra, aplicar uma taxa em que, realmente, passem a deixar alguma coisa para o território. -----
Na outra parte que nos diz respeito, não ao turismo fluvial – e fale-se em Moncorvo concretamente, nós infelizmente tendo todas as condições turísticas que temos, que são excelentes, se calhar do melhor que existe por este país, e por essa Europa fora, e pelo mundo inteiro, não temos capacidade para turismos de grandes massas. É um dos grandes problemas que temos, não temos para grandes massas. Se nos aparecessem aqui, não um número muito avultado, mas, por exemplo, duzentas a trezentas pessoas por dia, era inconcebível para nós darmos vazão a esse tipo de turismo. Temos um turismo, de certa forma, em número reduzido, restrito, que temos que tratar cada vez melhor para compensar a falta de massas – ou seja, quando vierem, eles têm que levar daqui também o bom que temos da gastronomia, das paisagens, dos recursos todos, e possivelmente, ao estarmos a criar essas taxas, que os possamos de certa forma afastar, e que pouco vão representar. Nos grandes centros não têm esse problema, porque se esses cem não vierem, há outros cem que virão, e se calhar hoje começaram a levar um euro (1€), e dois (2€), e daqui a uns tempos levarão quatro (4€), e cinco (5€), e continuam a ter turismo de grandes massas, e não têm problemas nenhuns. E Porto e Lisboa fundamentalmente, nem que levem sete (7€) ou oito (8€), têm os turistas na mesma. Se não tiverem estes cem, têm outros. -----

Portanto, a minha opinião é que será um início, sim senhor, uma proposta para se conceder estes regulamentos de fixação de taxas, mas terá de ser bem discutido e ponderar bem todas as situações, em prol do que queremos. -----

É só. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Pavão, faça favor. ----

-----**O Deputado João Pavão:** É só fazer o apontamento que a proposta é mesmo uma proposta, é para discutirmos, e é para isso que aqui estamos. E a coisa boa que esta proposta traz é que já estamos aqui com ideias diferentes. Vamos lançar – não sei como é que podemos fazer a nível legal, ou a nível formal, como é que criamos esta proposta, não sei se o Sr. Vice-presidente pode esclarecer. O que é bom é que nos colocou aqui a discutir, e estamos a discutir a economia do concelho, e o turismo. E portanto, deixo aqui a abertura, e fica em consideração o que disseram os Srs. Deputados relativamente à taxa turística, e levar isso para a formalização, junto da CIMDouro, onde nós temos os nossos representantes, quer no Núcleo Executivo, quer também na Assembleia, para fazer jus à justiça de tudo isto, dizendo assim. -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Obrigado. Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Bom, nas palavras do deputado João Pavão, se possível tecnicamente, se isto é possível, a criação de uma comissão, de um grupo de cinco, seis pessoas, até mesmo liderada pelo João, porque elaborou o projeto, com outros deputados de ambas as Bancadas, com Presidentes de Junta, marcar-se, depois, uma reunião com o Executivo para analisar esta proposta, para daí também haver a possibilidade de criação de um regulamento, para posteriormente ser trazido à Assembleia, ser levado à CIMDouro, e às demais entidades que também fazem parte e são mencionadas na proposta, até porque, de facto – e acho que estamos todos de acordo – a taxar, devemos taxar aqueles que passam lá em baixo, no Rio Douro, e que pagam dez mil euros (10.000€) por um passeio no Douro, e cá não deixam nada. -----

Mas, era essa a nossa proposta, não votando a proposta em si, mas a criação de uma comissão, através do deputado João Pavão, e reunir com os líderes parlamentares, ver os Presidentes de Junta que, se calhar, fazem parte do Douro Vinhateiro – Lousa, Cabeça Boa, Moncorvo, Urros, Peredo – e depois marcar-se uma reunião com o Executivo, e analisar esta temática. -----

M.
Pedro
Ay



-----**O Presidente de Mesa:** Depois, vou dar a palavra também ao Sr. Deputado João Pavão, como devem entender. Sobre a proposta lançada pelo deputado José Meneses, dizer que, efetivamente, o Regimento prevê a constituição dessas comissões, no seu art.º 46.º. -----
Sr. Deputado Luís Dias, faça favor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Obrigado, Sr. Presidente. -----
Então, acho que todos concordamos que nesta proposta, a nível de receita, há duas vertentes: a taxa turística ao turista, por dia, e a taxa aos operadores turísticos na via fluvial do Douro. -----
Em relação à primeira, à taxa turística, acho que só devemos implementar quando os Municípios vizinhos também o fizessem – ou seja, não sermos líderes nesta iniciativa de taxar o turista, mas sim seguidores. -----

Pelo contrário, na proposta da taxa aos operadores turísticos da via fluvial do Douro, a APDL é a “dona” da via – perdoem-me a expressão – é quem manda na via, mas a via passa na CIMDouro, por isso a CIMDouro, é claro que tem uma palavra a dizer, acho eu. E acho que em vez de criarmos mais uma comissão para discutir isto, acho que poderíamos mandar o Executivo para que na CIMDouro fosse o líder na opção de taxar os operadores turísticos. Acho que poderemos, nós, Assembleia Municipal, dar esse mandato ao Executivo. Acho que está no nosso âmbito. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Eu já vou dar a palavra ao Sr. Deputado João Pavão. Antes disso, dou a palavra ao Sr. Deputado António Júlio Andrade. Faça favor, Sr. Deputado António Júlio Andrade. -----

-----**O Deputado António Júlio Andrade:** Eu penso que é uma discussão um bocado estéril, pelo seguinte: desde 1943, estávamos no tempo da guerra, que não se via tão pouco turismo em Moncorvo. E reparem, num fim de semana como este, ou como o passado, nós verificamos praticamente as ruas de Moncorvo desertas, sem turismo. Eu já presenciei a dormida aqui, numa época de turismo quatro mil pessoas, à volta de quatro mil, oitenta autocarros, com gente a ir dormir em Moncorvo. Em 1943 foram dois mil turistas que vieram de comboio para Torre de Moncorvo. -----

De maneira que eu acho que o importante é discutirmos como é que vamos promover o turismo, arranjar um produto turístico que seja vendável, que se venda. Isso é que é importante. E a seguir, pensamos em taxá-lo. -----
Mais nada. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sr. Deputado João Pavão, não sei se quer intervir. Estão aqui em cima da mesa duas propostas: uma é criar uma comissão, outra é remeter o assunto para a Câmara, para junto da CIM, etc. -----

-----**O Deputado João Pavão:** Agradecer a opinião do deputado José Meneses e do deputado Luís João. Talvez da comissão, podemos criar mais dificuldades, não sei, mas se calhar nomearmos aqui uns representantes para discutir a proposta, que terá que vir também à Assembleia, mas também para mandarmos o Executivo para negociar isso junto da CIMDouro. E acho que esta proposta, sendo discutida entre todos, e chegar a uma proposta final, apresentar ao Executivo, e o Executivo fica mandatado para negociar junto da CIMDouro, ou apresentar na CIMDouro. Ou seja, é um meio termo entre o deputado José Meneses e o deputado Luís João, fazer aqui um meio termo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Já vamos votar a sua proposta. Sr. Vice-presidente, faça favor. ----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** Muito obrigado. -----

Eu vou começar precisamente por onde o Prof. Fausto deixou o assunto, na questão da taxa turística do Douro: não obstante quererem formalizar o facto de nos mandatarem, é uma preocupação já há muito tempo deste Município, e de todos os Municípios que compõem a CIMDouro. Está a ser discutida dentro da sede da CIMDouro, junto com a APDL, e como dizia o Prof. Fausto, não é só a CIMDouro que se queixa disto, há outras CIM's envolvidas, desde o Porto até Figueira de Castelo Rodrigo, há outras CIM's que estão envolvidas nisto, e há uma discussão por parte destas CIM's, junto com a APDL, porque ela detém os direitos da navegabilidade do Rio Douro. Portanto, por muito que aqui nós deliberemos taxas, são inócuas no que toca a ser a cobrança efetiva das mesmas. Se não houver uma medida através de um protocolo feito com as CIM's e com a APDL, tudo o que se fizer aqui será inócuo. -----

Quero também referir o facto – mas, isso é uma questão de uma comissão poder analisar connosco essa taxa turística aqui dentro, nas dormidas no Concelho de Moncorvo – queria salientar uma coisa: neste momento, está a ser definida e desenhada uma estratégia de desenvolvimento do turismo em Moncorvo pelo Instituto de Planeamento e Desenvolvimento do Turismo, em que já foram ouvidos alguns intervenientes, da parte da restauração, da parte da hotelaria, de toda a parte turística, todos eles. Provavelmente, uma análise preliminar será apresentada no dia 26, aqui em Torre de Moncorvo, e lá está toda a estratégia do desenvolvimento do turismo no Concelho de Torre de Moncorvo, assim como os planos de marketing, que depois irão ser discutidos os planos de marketing, tanto interno, como externo, para a promoção, porque nós, neste momento, temos um conjunto de produtos turísticos, desde

1h,
Pedro
Ay

a gastronomia, desde a natureza, observação de pássaros, todos esses produtos turísticos, mas que não tornam Moncorvo um destino turístico, e é isso que nos preocupa, a nós, enquanto munícipes, todos os habitantes de Moncorvo e todos os operadores turísticos, que se preocupam com a criação de Moncorvo como um destino turístico. Tudo isso está a ser delineado, está a ser trabalhado, já há algum tempo a esta parte. -----

O que mais poderei dizer aqui? Em relação à APDL, já referi, são eles que, realmente, têm o direito da navegabilidade do Rio Douro. Não nos compete a nós, enquanto Municípios, essa preocupação. Como disse, com uma comissão, pode analisar, mandatarem-nos para isso, mas há muito tempo que está a ser discutido em sede da CIMDouro, juntamente com as outras CIM's, para chegarem a um acordo com a APDL, na possibilidade da taxaço dos turistas que navegam no Douro. -----

Era só para dar esse esclarecimento. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado, Sr. Vice-presidente. -----

É assim, face à discussão e à proposta final do Sr. Deputado João Pavão, eu proponha, então, que fosse criada uma comissão, com os líderes dos Grupos Parlamentares, e discutir o assunto, e que depois fizessem chegar as vossas recomendações ao Executivo, e inclusivamente à CIMDouro. -----

Vamos votar essa proposta? A proposta será essa, a criação de uma comissão. Então, vamos votar. -----

-----**O Deputado José Aires:** Desculpe, Sr. Presidente, só um esclarecimento à Mesa. A comissão vai ser criada para estudar esta proposta, baseado aqui na proposta que o deputado apresentou. E depois, vai trazer essas conclusões a esta Assembleia. É isso? -----

Muito obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Exato, logicamente. -----

Portanto, a criação dessa proposta, com os líderes dos Grupos Parlamentares, e depois farão chegar à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal as suas conclusões. -----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, deliberou **por unanimidade, aprovar a Constituição de uma Comissão constituída pelos Líderes Parlamentares para a discussão da "Proposta de criação da Taxa Turística no Município de Torre de Moncorvo e Municípios Integrantes da Comunidade Intermunicipal do Douro e Alto Douro Vinhateiro"**.-

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

PONTO 9 – ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOGADOURO – MOÇÃO SOBRE AS “BARRAGENS DO DOURO INTERNACIONAL, QUE FUTURO PARA AS COMUNIDADES LOCAIS E O QUE ESTAS IRÃO GANHAR”? -----

-----Inscreveram-se para intervir os deputados **Fausto Tiago** (PS), **José Meneses** (Coligação PSD/CDS), **Luís Dias** (Coligação PSD/CDS) e **José Aires** (PS). -----

-----**O Presidente de Mesa:** Têm aí a moção aprovada pela Assembleia de Mogadouro, para tomarem conhecimento. Não sei se querem fazer mais alguma coisa. Antes de mais nada, dava a palavra aos Srs. Deputados, se quisessem intervir – se quiserem intervir, logicamente – sobre este ponto. -----

Faça favor. -----

-----**O Deputado Fausto Tiago:** Diz assim: “Queremos, pois, com isto dizer que os aproveitamentos hidroelétricos do Douro Internacional muito deram e dão ao país e a todas as regiões de...”, e depois? “Pelo que será justo hoje pedir a essas mesmas regiões que ajudem a desenvolver, com a energia aqui produzida...” Que ajudem a desenvolver o quê? Parece que haverá aqui uma gralha. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Sim, ou está o “de” a mais, ou falta aí qualquer coisa a seguir. ----
Sr. Deputado José Meneses. -----

-----**O Deputado José Meneses:** Por uma questão de solidariedade entre Municípios e entre Assembleias, o nosso voto será também favorável a esta moção. -----
Contudo, eu gostaria de deixar aqui uma ressalva, até para que o próprio Executivo possa tentar saber mais algum pormenor – ou se já sabe – que aqui não vem mencionada a questão da Associação de Municípios do Baixo Sabor; como é que vai ficar a Associação de Municípios do Baixo Sabor com a compra das barragens, nomeadamente a do Feiticeiro, e a outra maior. A associação vai permanecer? Não vai permanecer? Os fundos serão os mesmos? Não serão os mesmos? Teremos alguma mais valia com a passagem, ou com a venda destas barragens? ----
Isto não tem a ver com a moção propriamente dita, mas tem a ver com algumas dúvidas que, de facto, irá levantar à população de Torre de Moncorvo. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Está aqui no Ponto n.º 3: “Que sejam os Municípios envolvidos na venda da concessão pelas barragens do Douro Internacional, Baixo Sabor...” Desculpem lá entrarmos neste diálogo, mas o Ponto n.º 2 diz: “A compensação anual transferida para a

M.
Redo
M



Associação Nacional de Municípios se mantenha, e inclusivamente seja revista, para bem dos Municípios com a barragem e das suas populações.” Aqui, a ideia que transparece é a seguinte: as barragens estão para ser vendidas, têm autorização do Governo. Aqui o que se põe é que o Governo pudesse abdicar de alguns dos impostos que recebe em Lisboa em prol das regiões. É o que depreendo daqui, é essa situação. Trazer algumas das coisas que ficam em Lisboa – porque, ao fim e ao cabo, com as sedes das empresas, muitas vezes os impostos vão para onde está a sede, e não tem nada a ver. -----

Sr. Deputado José Aires. -----

-----**O Deputado José Aires:** Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

Relativamente aqui à moção, compreendo perfeitamente os princípios orientadores e a redação da mesma, mais focada essencialmente no complexo hidroelétrico de Bemposta, porque é aquele que mais afeta o Concelho de Mogadouro. Agora, eu acho que, realmente, algumas coisas que constam aqui, alguns pontos são interessantes, acho que se deve tentar sempre, junto, seja das entidades que gerem os empreendimentos, seja da tutela, melhorar esses contratos de concessão, até porque algumas barragens, como é referido aqui, já vêm dos anos sessenta, cinquenta, e claro que, na altura, as contrapartidas eram outras – eu penso que também estes Municípios, e tenho de fazer jus ao antigo Presidente da Autarquia, o Eng.º Aires Ferreira, que infelizmente já não se encontra entre nós, que pela negociação que conseguiu fazer no Baixo Sabor, abriu também aqui outras possibilidades. E penso que estes Municípios, também por essas questões, pretendem agora atualizar esses contratos de concessão. -----

Agora, acho que nós também estamos aqui na zona de influência, temos a Barragem do Pocinho, especificamente no Douro, já não falando do Baixo Sabor. E acho que sim, que nos devemos associar coletivamente com os outros Municípios ao longo da cascata de barragens, para conseguir mais benefícios – se calhar, até seria uma alternativa a outros impostos ou taxas que possam ser criados, uma vez que todos sabemos que essas empresas anualmente, graças à produção de energia, têm lucros muito acima de outras áreas de atividade. -----

Obrigado. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Temos a do Pocinho e da Valeira também; da Valeira, as águas chegam aqui à Foz do Sabor. -----

-----**O Deputado Luís Dias:** Vou fazer uma comparação: eu sou dono de uma casa, vou vender a casa, e agora o Município vem ao pé de mim, vendedor, dizer: “O Governo deu-lhe autorização, mas eu agora vou ao seu comprador obrigá-lo a renegociar”, seja o que for. É um bocado estranho. É um assunto entre privados, há uma empresa compradora, há uma empresa

vendedora. Quem compra tem que manter, como em todas as compras, as responsabilidades assumidas pelo vendedor daquele imóvel. Pronto, acho que não temos muito a dizer. É salvaguardado o que estava acordado? Tem de estar, acho que faz parte da Lei, acho que não temos nada a dizer. -----

Eu acho que esta moção não é importante. É importante a ideia que está por trás, que é a proteção dos Municípios envolventes destas barragens; agora, a moção em si não é importante porque não vai mudar nada: as barragens vão ser vendidas, e acho que os acordos que estavam anteriormente lavrados vão ser cumpridos. Novos contratos? Vamos obrigar a fazer novos contratos, novas contrapartidas? Eu acho isso muito estranho. -----

-----**O Presidente de Mesa:** Muito obrigado. -----

Mas, só dizer-lhe que isto aqui não é propriamente a venda de uma casa, porque estamos aqui em bens do domínio público. E atenção, reparem, o negócio já está feito; pois, o negócio está feito, mas é daqueles negócios que exige uma decisão por parte do Governo, e aí é que o Governo poderá, se quiser, ou se puder – se quiser e se puder, atenção – poderá tentar que as coisas sejam diferentes, porque não é propriamente um negócio entre privados; é um negócio privado, mas depois há aqui bens do domínio público. Penso que estamos esclarecidos. -----

Srs. Deputados, vamos passar à minuta, ou querem votar a moção? Creio que é só para tomar conhecimento. -----

Relativamente à moção, a moção era para tomarmos conhecimento. Não sei se querem votar a moção, para encaminhar, mas fundamentalmente é para tomar conhecimento. Então, vamos votar. É assim, as moções que já vieram aqui, do IP2, etc., não foram votadas. Mas, pronto. ----

-----**DELIBERAÇÃO:** A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, **deliberou por unanimidades, apoiar a Moção** referida em título. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----**O Vice-Presidente da Câmara Municipal (Victor Moreira):** A pedido do Sr. Presidente, queria aqui dizer que a sessão de esclarecimento referente às minas, que estava marcada para o dia 5, recebemos agora a confirmação da presença do Sr. Primeiro Ministro, mas da agenda dele, só havia possibilidade para dia 13. Portanto, passa para dia 13, às dez e meia, no Cineteatro, com a presença do Sr. Primeiro Ministro. Era só para esclarecer isso. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- **O Presidente de Mesa:** Não houve inscrições. -----

-----Seguiu-se a leitura da minuta da ata, que submetida à votação foi **aprovada por unanimidade**. -----

-----Seguidamente, o Presidente da Mesa agradeceu a presença de todos e às 12h15m deu por encerrada a sessão. -----

-----Para constar e para os demais efeitos legais, se lavrou a presente ata, que depois de apreciada e votada, será rubricada e assinada por todos os membros da Mesa.-----

O Presidente da Mesa,



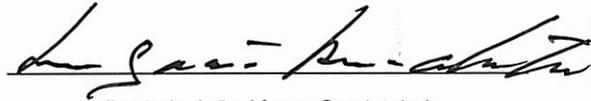
(Luis Miranda Rei)

1.º Secretário da Mesa,



(Pedro Carrasqueira)

2.ª Secretária da Mesa,



(Lucinda João Afonso Carpinteiro)